

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

DE DESASTRES DO ESTADO DO ACRE





Governo do Acre
Secretaria de Estado de Meio Ambiente

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES AMBIENTAIS DO ESTADO DO ACRE

Rio Branco - Acre
2012

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES AMBIENTAIS DO ESTADO DO ACRE

©2012 GIZ/SEMA

1ª. Edição - 2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Acre. Secretaria de Estado de Meio Ambiente.
Plano de gestão de riscos de desastres Ambientais do Estado do
Acre – Rio Branco: SEMA, 2012.

80 p.: Il.

1. Catástrofes naturais. 2. Controle de inundações. 3.
Enchentes – Prevenção. I. Secretaria de Estado de
Meio Ambiente. II. Título.

Maria do Socorro de O. Cordeiro. – CRB-11/667

ISBN – 978-85-60678-27-3

Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Rua Benjamin Constant, 856 – Centro | CEP. 69900-062 - Rio Branco – Acre – Brasil

Fone: 55 (068) 3224-3990/7129/8786 | Fone Fax: 55 (68) 3223-3447

Home Page: www.sema.ac.gov.br

E-mail: sema@ac.gov.br

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES AMBIENTAIS DO ESTADO DO ACRE

EDIÇÃO DE TEXTO

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) Gmb

GIZ – Agência Brasília

Caixa Postal 01991 – 70259-970

Brasília, Distrito Federal – Brasil

www.giz.de Tel”+55 61 21012179

Fax: +55 61 21012166

E-mail: giz-brasilien@giz.de

CO-REALIZADOR

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Sema

ELABORAÇÃO

Claudio Szlafsztein (Consultor – GIZ)

Vera Lúcia Reis (Assessora técnica – Sema)

COLABORAÇÃO

Cristina Lacerda – Sema

James Joyce Gomes – CBMAC/Sema

Conceição Marques – Sema

Átila de Araújo Magalhães - Sema

Pedro Souza Santiago – Funtac/Ucegeo

Edvaldo Paiva - Sema

CAPA

Maurício Lara Galvão - Sema

ARTE FINAL E IMPRESSÃO

Brilhograf

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES AMBIENTAIS DO ESTADO DO ACRE

Dilma Rousseff

Presidente da República

Izabella Teixeira

Ministra do Meio Ambiente

Tião Viana

Governador do Estado do Acre

César Messias

Vice-Governador do Estado

José Fernandes do Rego

Secretário de Estado de Articulação
Institucional

Márcia Regina de Souza Pereira

Secretária de Estado de Governo

Carlos Edegard de Deus

Secretário de Estado de Meio Ambiente

Márcio Veríssimo Carvalho Dantas

Secretário de Estado de Planejamento

Lourival Marques de Oliveira Filho

Secretário de Estado de Extensão
Agroflorestal e Produção Familiar
Secretário de Estado de Agropecuária

Suely de Souza Melo da Costa

Secretária de Estado de Saúde

Ildor Reni Graebner

Secretária de Estado de Segurança Pública

Cel. Flávio Ferreira Pires

Comandante do Corpo de Bombeiros
Militar

Cel. BM Antônio Carlos Marques Gundim

Coordenador Estadual de Defesa Civil

Sebastião Fernando Ferreira Lima

Diretor-Presidente do Instituto de Meio
Ambiente do Acre

Eufran Ferreira do Amaral

Diretor-Presidente do Instituto de
Mudanças Climáticas e Regulação de
Serviços Ambientais

Glenilson Araújo Figueiredo

Diretor-Presidente do Instituto de Terras
do Acre

Luiz Augusto Azevedo

Diretor-Presidente da Fundação de
Tecnologia do Estado do Acre

Rodrigues Fernandes das Neves

Procurador Geral do Estado

Evaldo Magalhães

Secretário de Estado de Desenvolvimento
Florestal, da Indústria, do Comércio e
Serviços Sustentáveis-Sedens

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE TABELAS	7
LISTA DE QUADROS	8
APRESENTAÇÃO SEMA	9
APRESENTAÇÃO GIZ	10
INTRODUÇÃO	11
2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E ECONÔMICA DO ESTADO DO ACRE	12
3. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	28
4. BASE LEGAL ESTADUAL	30
5. CENÁRIO DE RISCOS DE DESASTRES NO ESTADO DO ACRE	30
6. A GESTÃO DE RISCOS/DESASTRES	39
6.1 ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS DA GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES NO ESTADO DO ACRE	41
6.2. A COMISSÃO ESTADUAL DE GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS DO ACRE (CEGdRA).	43
6.3 A REDE INTEGRADA DE GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS.	47
6.4 UNIDADES DE SITUAÇÃO DE EVENTOS EXTREMOS E RESPOSTA.	48
7. PLANO ESTADUAL DE GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	51
7.1 OBJETIVOS, CONCEITO, COMPOSIÇÃO, E EIXOS PROGRAMÁTICOS DO PLANO ESTADUAL DE GESTÃO DE RISCOS DO ACRE	52
7.2 PLANO DE AÇÃO	54
8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	86
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Regionais de Desenvolvimento do Estado do Acre.	12
Figura 2. Distribuição espacial das Unidades de conservação e terras Indígenas no estado do Acre.	16
Figura 3. Organograma da estrutura da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre	28
Figura 4. Distribuição de eventos de desastres por municípios do estado do Acre com base nos decretos de calamidade pública e situação de emergência entre os anos 2006 – 2012	31
Figura 5. Tipos de eventos de desastres comuns no estado do Acre, com base nos decretos de calamidade pública e situação de emergência entre os anos 2006 – 2012	31
Figura 6. Áreas inundadas no município de Brasileia em 21 de fevereiro de 2012. . .	32
Figura 7. Áreas inundadas no município de Rio Branco, na Gameleira, em 9 de dezembro de 2012.	32
Figura 8. Área desmatada acumulada no Acre, no período de 2000 a 2012	34
Figura 9. Incremento anual do desmatamento no Acre, no período 2000 a 2012 . .	35
Figura 10 e 11. Queima de pasto e Área de Proteção Permanente-APP na área de influência do Rio Acuraua, município de Tarauacá.	37
Figura 12. Distribuição espacial de Atividades potencialmente impactantes decorrentes das atividades humanas (tecnológicas) no estado do Acre. . .	38
Figura 13. Vulnerabilidade social diante a ocorrência de desastres por município na bacia do Rio Acre	39
Figura 14. Estrutura da Comissão Estadual de Riscos Ambientais (CEGdRA).	44
Figura 15. Níveis de funcionamento da Unidade de Situação	48
Figura 16. Localização das Plataformas de coleta de dados da Rede de Monitoramento Hidrometeorológico do Estado do Acre.	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População em 2010 dos municípios do estado de Acre agrupados por regionais	12
Tabela 2. Principais rios e bacias do estado do Acre.	15
Tabela 3. Unidades de conservação no estado do Acre.	17
Tabela 4. Produto Interno Bruto Municipal.. . . .	21
Tabela 5. Participação (%) do Valor Adicionado Bruto (VA), por atividade econômica no Estado do Acre, no período de 2005 a 2008...	22
Tabela 6. Valor bruto da produção (VBP) do Acre...	23
Tabela 7. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, no estado do Acre e Municípios.	23
Tabela 8. Total de domicílios por categoria de condição habitacional, no estado do Acre, no período de 2001-2010.. . . .	24
Tabela 9. Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção com serviços de saneamento, por classes de rendimento médio mensal domiciliar per capita em 2005...	25
Tabela 10. Consumo e consumidores de energia elétrica no Acre em 2010.	25
Tabela 11. Número de profissionais de saúde por 1000 habitantes.	26
Tabela 12. Dados gerais da educação no Acre, em 2009.	27
Tabela 13. Taxa (%) de analfabetismo por zona e sexo, população com 15 anos ou mais.	27
Tabela 14. Extensão e densidade da rede drenagem dos principais rios do Acre	33
Tabela 15. Eventos de sismicidade recentes com epicentro no estado do Acre. . . .	34
Tabela 16. Total e percentual de áreas desmatadas por município no Estado do Acre, em 2012	35
Tabela 17. Número de focos de calor acumulados no estado do Acre entre 2007 e 2012, utilizando os satélites de referência - Inpe	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Câmara de Produtos Químicos Perigosos (P2R2)	46
Quadro 2. Câmara de Queimadas descontroladas, incêndios florestais, secas severas e desmatamento	46
Quadro 3. Câmara de Enchentes	46
Quadro 4. Municípios com Coordenadorias de Defesa Civil (Comdec), agora designadas Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil (Compdec)..	47

APRESENTAÇÃO SEMA

O número e a frequência de desastres naturais associados a eventos hidrometeorológicos - inundações e secas prolongadas, têm sido mais intensos na Amazônia. A sociedade humana têm degradado, de modo significativo os recursos naturais, sendo os diversos usos e a forma de ocupação do solo, associados às mudanças do clima, o maior conjunto de ameaças percebido no Estado, pela maior frequência e intensidade dos extremos de chuvas e secas, gerando impactos significativos do ponto de vista social, econômico e ambiental.

Desde os eventos ambientais adversos ocorridos no ano de 2005, como a seca que atingiu várias cidades acreanas, tem havido uma crescente preocupação do Governo quanto ao monitoramento de eventos climáticos extremos no estado.

Desta forma a Sema vem envidando esforços para consolidar um programa de governo que permita uma melhor gestão dos riscos de desastres naturais no Estado e maior agilidade nos processos e ações de resposta.

Reconhecendo a necessidade de uma forte articulação multissetorial para o enfrentamento dos desastres naturais, priorizou-se o trabalho através da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais-CEGdRA, buscando evidenciar a interação entre os diversos órgãos e o encadeamento de suas ações para a implementação da Gestão de Risco como política pública no Estado do Acre.

Neste sentido o Plano Estadual de Gestão de Risco de Desastres Ambientais vem fortalecer e garantir a continuidade das ações de prevenção, controle e resposta aos desastres naturais no Estado, de forma integrada com as instituições membro da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais-CEGdRA.

Carlos Edegard de Deus

Secretário de Estado de Meio Ambiente

APRESENTAÇÃO GIZ

Nas ultimas três décadas, os desastres associados a perigos naturais como secas e inundações, estão acontecendo cada vez mais na Amazônia. A intensa exploração dos recursos naturais, assim como a inadequada relação homem - natureza, são considerados os principais fatores para a criação de situações de riscos. As condições de vulnerabilidade causadas por atividades humanas, como ocupação desordenada do território, migrações não planejadas e avanço da fronteira Agrícola, são outros elementos que também contribuem para a geração de risco na Amazônia.

O tema “Gestão de Risco é extremamente relevante no contexto atual de mudanças climáticas, pois seus efeitos são cada vez mais evidentes no cotidiano das populações na Amazônia. A Gestão de risco implica no processo de adoção de políticas públicas e práticas orientadas para reduzir os desastres/riscos. Desta forma a Cooperação Técnica Alemã – GIZ tem colocado esforços na valorização temática da gestão de risco e dos cenários de vulnerabilidade e mudanças climáticas como estratégicos na elaboração e implementação dos trabalhos de zoneamento e ordenamento territorial na região Amazônica.

O Estado do Acre tem sido pioneiro na integração do tema gestão de risco no ordenamento territorial local. Esta integração possibilitará a definição de políticas mais consistentes para as populações vulneráveis nos municípios do Estado.

O Plano de Gestão de Riscos e Desastres Ambientais do Estado do Acre liderado pela Secretaria de Meio Ambiente do Acre – Sema é também resultado de um esforço de diversas instituições corresponsáveis.

O plano é um documento orientador de políticas estratégicas para mitigação dos impactos decorrentes dos eventos climáticos no estado. A GIZ junto com a Sema desenvolveu capacidades técnicas, e orientou a criação de instrumentos e metodologias para a Rede de gestão de risco. A sua funcionalidade será essencial para uma tomada de decisão rápida em situações de risco.

Este Plano traz portanto, questões desafiadoras para o Estado, mas ao mesmo tempo de extrema relevância para o contexto atual de grandes eventos críticos na Amazônia

Magna Cunha

GIZ

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a região Amazônica em geral, e o estado do Acre, em particular, têm apresentado um novo cenário referente à temática dos desastres/riscos ambientais. À ocorrência de maiores e mais frequentes ameaças, um melhor registro e difusão jornalística do tema, assim como estudos científicos mais aprofundados, simultaneamente somam-se a um rápido aumento da população e das concentrações demográficas em poucas regiões metropolitanas, ocupação de áreas desfavoráveis, inapropriadas práticas de uso dos solos, e índices de desenvolvimento socioeconômicos baixos. Neste cenário, ainda devem computar-se as incertezas dos efeitos das mudanças climáticas globais na região.

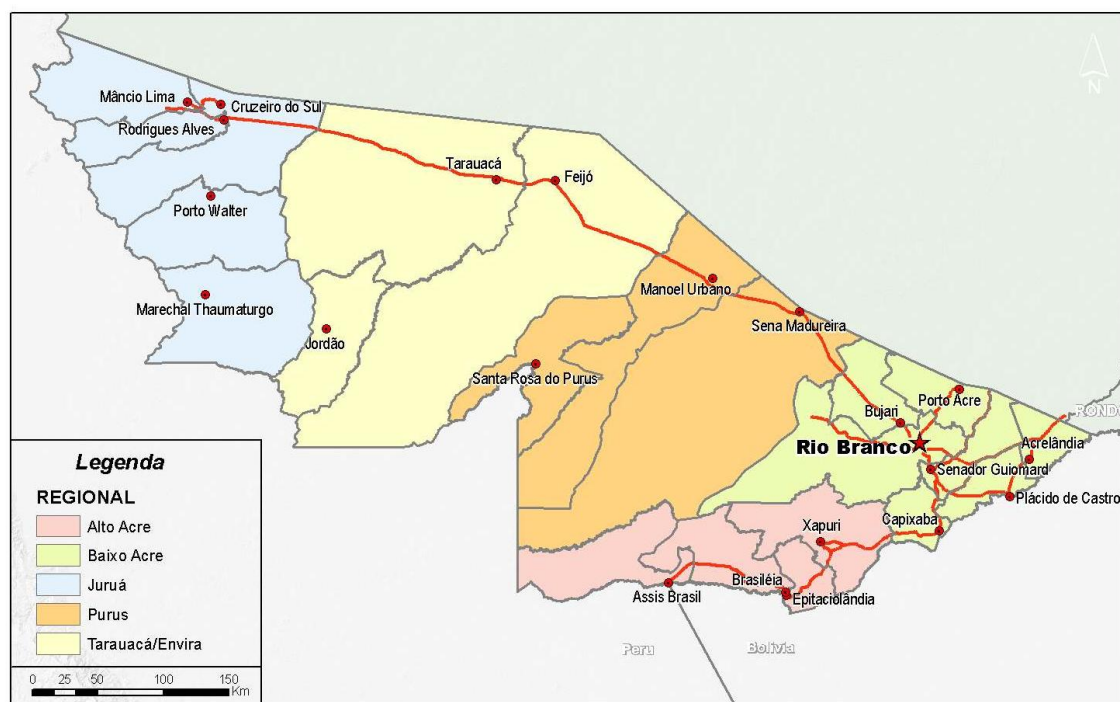
Os governos e a sociedade frequentemente têm sido alertados e difundem junto à sociedade aspectos a respeito destes temas. Mesmo que os diversos órgãos expressem um grande interesse sobre os desastres/riscos e reconheçam os diferentes graus de relacionamento existente com a sua gestão, ainda se associa e responsabiliza, dentro da estrutura governamental, amparados na delegação de competências estabelecida na legislação federal e estadual, a gestão de riscos apenas às Coordenadorias de Defesa Civil. Desta forma, aparentemente, o primeiro interesse na gestão dos desastres continua sendo a resposta diante das emergências, resultando difícil incorporar atividades vinculadas com a prevenção e a preparação nas leis, nos planos e nas instituições que trabalham em temas relativos aos desastres/riscos. Por outro lado, destaca-se que apesar de seu empenho, a Defesa Civil no estado do Acre apresenta características semelhantes a outros processos de gestão governamental, tais como orçamentos reduzidos, escasso pessoal qualificado, a superposição ou “lacunas” de responsabilidades e tarefas, assim como a falta de continuidade das políticas e atividades.

Neste contexto, apresenta-se o Plano de Gestão de Riscos de Desastres Ambientais do Estado do Acre (2013-2020) com objetivo de subsidiar as políticas e estratégias públicas, assim como as ações da população na prevenção, controle e mitigação dos impactos decorrentes de queimadas, secas, desmatamentos, enchentes, acidentes com produtos químicos perigosos e outros eventos de riscos ao meio ambiente decorrentes das atividades antrópicas e dos efeitos das mudanças climáticas globais.

2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E ECONÔMICA DO ACRE

O Estado do Acre, com uma superfície territorial de 164.221,36 Km², correspondente a 4 % da área amazônica brasileira e a 1,9 % do território nacional (IBGE, ITERACRE, 2006). Localizado na porção sudoeste da região amazônica, compreende 22 municípios e uma população aproximada de 732793 habitantes em 2010 (Tabela 1). O Estado faz fronteiras internacionais com o Peru e a Bolívia e, nacionais com os Estados do Amazonas e de Rondônia (Figura 1).

Figura 1. Regionais de Desenvolvimento do Estado do Acre



Fonte: ACRE, 2006

Tabela 1. População em 2010 dos municípios do estado de Acre por regionais

Regional	Municípios	Populaçã o 2010	Regional	Municípios	Populaç ão 2010
Baixo acre	Acrelândia	12538	Purus	Sena Madureira	37993
	Bujari	8474		Manoel Urbano	7989
	Capixaba	8810		Santa Rosa do Purus	4612
	Plácido de Castro	17203		Cruzeiro do Sul	78444
	Porto Acre	14806	Juruá	Mal. Thaumaturgo	14200
	Rio Branco	335796		Mâncio Lima	15246
	Senador Guionard	20153		Porto Walter	9172
Alto acre	Assis Brasil	6075		Rodrigues Alves	14334
	Brasília	21438	Tarauacá- Envira	Feijó	32311
	Epitaciolândia	15126		Jordão	6531
	Xapuri	16016		Tarauacá	35526

Fonte: IBGE, 2010

Segundo dados do ZEE do estado do Acre (ACRE, 2006):

- O clima do estado do Acre é caracterizado como do tipo equatorial quente e úmido, com altas temperaturas, elevados índices de precipitação pluviométrica e alta umidade relativa do ar. A temperatura média anual está em torno de 24,5 °C, enquanto a máxima fica próximo de 32 °C, aproximadamente uniforme para todo o Estado. No Acre, o total anual de chuvas, no período de 1980-2002, variou entre 623 mm, no ano mais seco, a 3.589 mm, no ano mais chuvoso. O padrão de distribuição das chuvas é irregular, com um período marcadamente seco, de reduzidas precipitações médias mensais e pequena amplitude de variação nos meses de junho a agosto, e outro período chuvoso, com altas precipitações médias mensais e grande amplitude de variação nos meses de setembro a maio.
- No estado do Acre, a principal unidade geotectônica é a Bacia do Acre, delimitada pelo Arco de Iquitos (a leste e ao norte) e pela Faixa Andina (a oeste e ao sul). A bacia é formada principalmente por material sedimentar pouco consolidado de idade cenozoica, predominantemente argilitos sílticos ou rochas finamente laminadas com concreções carbonáticas. Entre as unidades geológicas, a Formação Solimões (Cretáceo) se destaca ocupando 85% do território, com sedimentos argilosos de um paleoambiente lacustre. A partir do Mioceno-Plioceno, época do ápice de soerguimento andino, a bacia passou a ser assoreada por abundante aporte de sedimentos oriundos dos Andes e começou a se implantar a rede de drenagem em direção ao Oceano Atlântico. No Quaternário, ainda como consequência da orogenia andina, alguns rios tiveram seus gradientes elevados, aumentando a competência para transportar sedimentos, resultando no depósito de sedimentos essencialmente arenosos na região entre os rios Jutai e Negro, definindo a bacia sedimentar do Içá. Considerando a proximidade com as estruturas tectônicas da cordilheira dos Andes, os pontos de epicentros de sismos estão localizados na regional do Juruá (ACRE, 2006).
- No Acre, assim como em outros locais da Amazônia, a variação altimétrica não é expressiva. O relevo é formado por uma plataforma regular que desce suavemente em cotas da ordem de 300 m nas fronteiras internacionais para pouco mais de 110 m nos limites com o Estado do Amazonas. No extremo ocidental situa-se o ponto culminante do Estado, onde a estrutura do relevo se modifica com a presença da Serra do Divisor, uma ramificação da Serra Peruana de Contamana, apresentando uma altitude máxima de 734m.
- O Estado do Acre mostra-se dividido em nove unidades geomorfológicas: a Planície Amazônica, a Depressão do Endimari-Abunã, a Depressão do Iaco-Acre, a Depressão de Rio Branco, a Depressão do Juruá-Iaco, a Depressão do Tarauacá-Itaquai, a Depressão Marginal a Serra do Divisor, a Superfície Tabular de Cruzeiro do Sul e os Planaltos Residuais da Serra do Divisor. As grandes extensões da Planície Amazônica

são frequentemente alagadas. As áreas das depressões do Juruá-laco e Marginal a Serra do Divisor são relativamente estabilizadas morfológicamente, entretanto localiza-se em zonas de intensa estruturação tectônica, o que contribui para um incremento dos processos de dissecação do relevo. Nos Planaltos Residuais da Serra do Divisor e na Superfície Tabular de Cruzeiro do Sul, a morfogênese também é controlada pela presença de rochas e sedimentos menos erodíveis e de cobertura vegetal. Nas áreas onde predominam materiais arenosos e nas áreas antropizadas circundantes as sedes municipais, a dissecação é mais intensa. As Depressões do Rio Branco, laco-Acre e Endimari-Abunã são áreas bastante similares em termos morfogenéticos, diferenciando-se entre si nos padrões de dissecação do relevo por maior ou menor incisão das drenagens e pelos materiais geológicos predominantes.

- Os solos do Acre apresentam características próprias principalmente por serem de uma região de acúmulo de sedimentos oriundos da Cordilheira dos Andes - daí a diversidade desses solos e características verticais e de eutrofismo pouco comuns para a Amazônia. Os principais solos do Acre, em ordem decrescente de expressão territorial, são: Argissolos, Cambissolos, Luvisolos, Gleissolos, Latossolos, Vertissolos, Plintossolos e Neossolos. Os Argissolos ocorrem em grandes extensões nos municípios de Rio Branco, Bujari, Porto Acre e Senador Guimard, Assis Brasil, Brasileia, Xapuri e Epitaciolândia. Os Latossolos distribuem-se principalmente nos municípios de Plácido de Castro, Acrelândia, Senador Guimard e Capixaba, sendo os que possuem melhor potencial agrícola do território acreano no que se refere ao cultivo intensivo de grãos e em grandes escalas em função de os solos apresentarem maior desenvolvimento, suporte ao processo de mecanização, e um manejo intensivo para o uso com culturas anuais. Os Cambissolos abrangem quase totalmente os municípios de Santa Rosa do Purus, Feijó, e Manuel Urbano, e parte sul do município de Sena Madureira. Os Vertissolos, predominantes em Sena Madureira, são solos com grandes problemas físicos em virtude das argilas ativas. Os Gleissolos e Neossolos Flúvicos se destacam nas extensas várzeas dos municípios de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima. Grande domínio de Luvisolos em Marechal Thaumaturgo, tornando-o assim um município de grande potencial agroflorestal, dada a riqueza química natural e condições físicas.

- O Acre apresenta uma extensa e bem distribuída rede hidrográfica, cujas nascentes majoritariamente localizam-se no Peru, com rios fluindo quase paralelamente no sentido sudoeste/nordeste. A vazão dos rios depende da intensidade e da frequência de chuvas ao longo do ano. Existe um padrão de distribuição anual das águas muito heterogêneo, com um período marcadamente seco, entre junho e outubro, e o período entre fevereiro e março, quando ocorrem as maiores vazões. As principais bacias hidrográficas do Acre correspondem aos rios Acre, Purus, Tarauacá, Envira e Juruá (Tabela 2).

Tabela 2. Principais rios e bacias do estado do Acre

Rio Principal	Extensão do rio principal (km)	Área total da bacia no estado (km ²)
Abunã	141	2714
Iná	183	1649
Ituxi/Iquiri	35	3362
Acre	481	27298
Iaco	650	24429
Purus	455	17059
Tarauacá	606	42881
Gregório	216	5278
Moa	298	7155
Juruá	484	21441

Fonte: ACRE, 2011^a

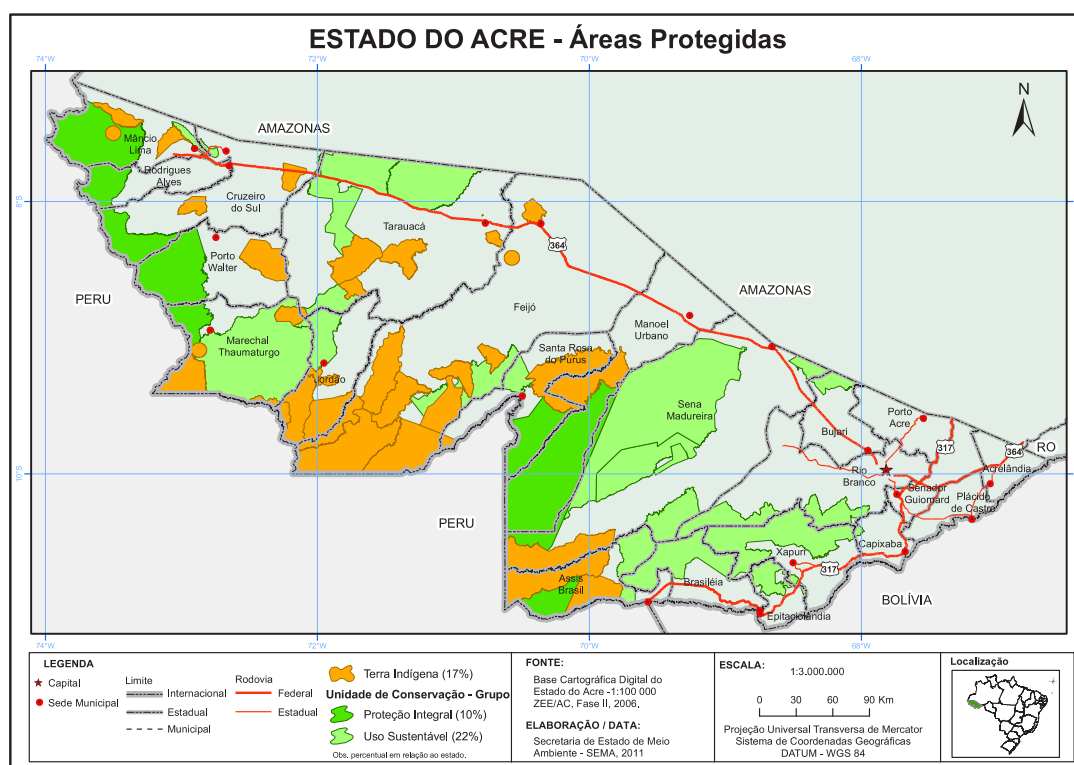
- No Acre, predominam duas grandes regiões fitoecológicas: a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Ombrófila Aberta, sendo que uma pequena extensão de Campinarana encontra-se restrita a parte noroeste do Estado. Nos domínios de Floresta Ombrófila coexiste uma grande diversidade de formações vegetais, as quais são diferenciadas principalmente pela qualidade dos solos.
- A Lista de espécies de vertebrados do estado do Acre apresenta mais de 1400 espécies confirmadas. O grupo das aves foi o que apresentou a maior diversidade (46% das espécies existentes no Brasil e 8,5% das existentes no planeta se acham no Acre), seguido dos peixes, mamíferos, anfíbios e répteis. Os peixes catalogados no estado do Acre representam 10,7% da riqueza ictiológica do Brasil. Com relação à flora, os 16 grupos taxonômicos mais coletados (Rubiaceae, Pteridofitas, Araceae, Annonaceae, Arecaceae, Piperaceae, Melastomataceae, Moraceae, Euphorbiaceae, Bignoniaceae, Lauraceae, Mimosaceae, Sapindaceae, Meliaceae, Fabaceae e Solanaceae) correspondem a menos de 8% do total de famílias (207) e congregam pouco mais de 50% de todas as coletas botânicas já realizadas no Estado.

O Acre foi um antigo território boliviano incorporado ao Brasil no final do século XIX. Essa anexação foi motivada pela extração da borracha por migrantes brasileiros. A integração do Acre ao território brasileiro ocorreu por meio da Revolução Acreana, seguida de um acordo diplomático com a Bolívia, através do tratado de Petrópolis. Nos anos 70, as políticas de governo ligadas ao Plano de Integração Nacional da Amazônia (colonização, abertura de estradas, incentivos à aquisição de grandes extensões de terras) favoreceram o avanço da ocupação do estado do Acre como uma estratégia de soberania nacional. Os processos de ocupação desencadeados com os projetos estabelecidos no Acre trouxeram modificações substanciais para a cobertura e uso da terra, que foram acompanhadas, quase sempre, por desmatamentos para a implantação de novas atividades. Os seringais foram os

primeiros a serem atingidos. Em consequência, entre os anos 1970 e 1990, os seringueiros organizaram um forte movimento social em defesa da floresta, permitindo que em diversas regiões do estado tenham sido delimitadas e implementadas unidades de conservação, entre elas as Reservas Extrativistas.

As Unidades de Conservação são os espaços territoriais e seus recursos ambientais incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente definidos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei Federal no 9985/2000, Decreto no 4.340/2002 que definem e regulamentam o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC). O SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão dessas Unidades de Conservação, divididas em Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável¹ (Figura 2; Tabela 3).

Figura 2. Distribuição espacial das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Acre



Fonte: SEMA/AC, 2011

¹ As Unidades de Proteção Integral abrigam as categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. As Unidades de Uso Sustentável agrupam as Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Tabela 3. Unidades de conservação no estado do Acre

Governo	Categoria de Manejo	Denominação	Órgão Gestor	Área (ha)	% Estadual	Legislação	Municípios
Federal	Proteção Integral						
	Estação Ecológica	Rio Acre	ICMBio	79093	0,48	Dec. 86061/81	Assis Brasil, Sena Madureira.
	Parque Nacional	Serra do Divisor	ICMBio	837555	5,10	Dec. 97839/89	Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo
				916648	5,58		
	Uso Sustentável						
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Seringal Nova Esperança	ICMBio	2573	0,02	s/n 20/08/99	Epitaciolândia
	Floresta Nacional	Macauã	ICMBio	176349	1,07	Dec. 96189/88	Sena Madureira
		Santa Rosa do Purus	ICMBio	231555	1,41	Dec. 7/8/01	Santa Rosa do Purus, Feijó.
		São Francisco	ICMBio	21147	0,13	Dec. 7/8/01	Sena Madureira
	Reserva Extrativista	Alto Tarauacá	ICMBio	150923	0,92	s/n 8/11/00	Tarauacá, Jordão
		Cazumbá-Iracema	ICMBio	750917	4,57	s/n 19/10/02	Sena Madureira, Manuel Urbano.
		Chico Mendes	ICMBio	931537	5,67	Dec. 99144/90	Rio Branco, Xapuri, Brasília, Assis Brasil, Sena Madureira, Capixaba
		Riozinho da Liberdade	ICMBio	324904	1,98	Dec. 17/2/05	Tarauacá/Cruzeiro do Sul
		Alto Juruá	ICMBio	537946	3,28	Dec. 98863/90	Marechal Thaumaturgo
				3127855	19,05		
	Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN						
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Santuário Ecológico Amazônia Viva	ICMBio	38	0,0002	Port. 57/00	Rio Branco
				38	0,0002		

Governo	Categoria de Manejo	Denominação	Órgão Gestor	Área (ha)	% Estadual	Legislação	Municípios
Estadual	Parque Estadual	Chandless	SEMA	695303	4,23	Dec.10670/04	Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira
				695303	4,23		
			Uso sustentável				
	Floresta Estadual	Antimary	SEDENS	45639	0,28	Dec. 46/97	Bujari
		Rio Gregório	SEDENS	216062	1,32	Dec. 9718/04	Tarauacá
		Mogno	SEDENS	143897	0,88	Dec. 9717/04	Tarauacá
		Rio Liberdade	SEDENS	77303	0,47	Dec. 9716/04	Tarauacá
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Japiim Pentecoste	SEMA	25750	0,16	Dec. 4365/09	Mâncio Lima
	Área de Proteção Ambiental	Igarapé São Francisco	SEMA	30004	0,18	Dec. 12310/05	Rio Branco, Bujari
		Lago do Amapá	SEMA	5224	0,03	Dec. 13531/05	Rio Branco
Municipal				543879	3,31		
			Uso sustentável				
	Área de Proteção Ambiental	Raimundo Irineu Serra	SEMEIA/R BR	908	0,01	Dec. 500/05	Rio Branco

Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/porta/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.htm>. Departamento de Áreas Protegidas e Biodiversidade/SEMA/AC - Decretos das UC. ZEE/Acre, Fase II (ACRE, 2006). ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre; SEDENS - Secretária de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis do Acre; SEMEIA/RBR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Branco.

Através da Lei nº. 1.426 de 27.12.2001, o Estado do Acre, instituiu o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Acre-Seanp, composto pelo conjunto de Unidades de Conservação (UC), Estaduais, Federais e Municipais. Reconhece ainda, as Terras Indígenas, Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente. O Seanp foi concebido a partir dos estudos do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, garantindo uma cobertura de áreas protegidas de quase metade do território estadual, contribuindo assim, para o maior controle na diminuição do desmatamento.

O Acre possui um território com 16.422.136 hectares (ha), dos quais 7.774.440 ha, ou 47,3% do Estado é composto por Unidades de Conservação-UC e 14,55% de Terras Indígenas (2.390.112 ha), criadas para proteção e uso sustentável do bioma amazônico. As UCs Federais estão representadas pelo: Parque Nacional Serra Divisor; Estação Ecológica Rio Acre; Reserva Extrativista Alto Juruá, Chico Mendes, Alto Tarauacá, Cazumbá-Iracema e Riozinho Liberdade; Floresta Nacional Macauã, Santa Rosa Purus, São Francisco; Área de relevante Interesse ecológico Nova Esperança. As UC Estaduais estão representadas pelo: Parque Chandless; Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá e Igarapé São Francisco; Área de relevante Interesse ecológico Japiim Pentecoste, Florestas Antimary, Rio Liberdade, Mogno e Gregório. A única UC municipal é a Área de Proteção Ambiental Irineu Serra.

As Comunidades indígenas estão representadas por 15 povos, distribuídos em 3 famílias linguísticas (Pano, Arawak e Arawa). São 17.070 indígenas vivendo em 197 aldeias, distribuídos em 36 terras, situados em 11 municípios do estado do Acre. Destaca-se ainda a presença de três povos isolados.

O Seanp/AC, como política de Estado, tem o objetivo de integrar a gestão das Unidades de Conservação, bem como garantir a proteção de todos os tipos de fisionomias vegetais, ecossistemas e biodiversidade. Visa ainda, garantir um meio de comunicação entre os diversos Órgãos Gestores, e o bom funcionamento deste mosaico de forma integrada, bem como a sua formação dentro da função de um corredor ecológico para a dispersão da fauna.

As áreas ocupadas com as cidades correspondem às sedes dos 22 municípios e vilas, as quais englobam uma área de 115,61 Km². Os principais centros urbanos do estado do Acre estão representados por Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Rio Branco é o maior centro comercial e de serviços e também o grande mercado das transações econômico-financeiras do Estado. O acesso às sedes municipais e aos aglomerados urbanos é feito por três grandes eixos de comunicação: as BR 364 e 317 e a AC-040, além das conexões através de rios e estradas secundárias, principalmente os ramais das áreas de colonização.

Nas áreas urbanas foram criadas “áreas verdes” para atenuar as alterações ao meio ambiente causadas pelo homem. As “áreas verdes” urbanas são implementadas com conceitos e definições diferenciadas e são agrupadas em Espaço Livre, Arborização

Urbana, Área Livre, Área Aberta e Parques² Urbanos. O estado do Acre apresenta uma área de 217 hectares de áreas verdes, sendo quatro da esfera Municipal em Rio Branco (Horto Florestal, Parque Urbano Capitão Ciríaco, Parque Ambiental Chico Mendes) e Plácido de Castro (Parque Natural do Seringueiro), e uma da esfera Federal - Parque Zoobotânico-Ufac (Sema/Imac/Prefeitura Municipal de Rio Branco, 2006).

Segundo Costa e colaboradores (2012), dados de 2010 indicam que as áreas de capoeira no Acre correspondem a 10,4% do total desmatado no estado, o que envolve uma área de 2.320 Km². As áreas ocupadas pela agricultura correspondem a 892,2 Km², que equivalem a 4% do total desmatado. A produção principalmente é de milho, arroz, mandioca e feijão, no que se refere às lavouras temporárias tem-se a banana e o café nas lavouras permanentes. A agricultura é praticada por pequenos produtores, mas não existem regiões de nítida concentração, mesmo nos municípios que detêm as maiores áreas plantadas. A produção tem origem principalmente nos projetos de colonização e nos projetos agroflorestais, onde estão as maiores áreas plantadas.

As pastagens relacionadas com a pecuária ocupam uma área de 19.003 Km², correspondente a 85,2% do total desmatado. A dinâmica da atividade é muito grande e introduziu mudanças recentes nas características do processo produtivo segundo a finalidade. Os rebanhos se caracterizam pela criação com a finalidade de corte nas grandes fazendas e pelo criatório destinado ao corte e leite em áreas dos projetos de assentamento.

Historicamente, o Estado do Acre teve uma economia baseada em produtos primários, principalmente extrativos e agropecuários (IBGE, 2010). Nos últimos anos, foi possível constatar que o Estado iniciou uma mudança em sua base produtiva, agregando maiores esforços e incentivando o desenvolvimento do setor industrial.

Hoje, o orçamento do Estado ultrapassa R\$ 3,8 bilhões e no biênio 2009-2010 foram mobilizados recursos para investimento superiores a R\$ 1 bilhão, conquistando confiança e credibilidade do Governo Federal, instituições financeiras e organismos multilaterais de financiamento interno e externo. Os fortes investimentos públicos e privados impulsionaram a economia, que cresceu à taxa média de 6,8%, entre 2004 e 2008, acima da taxa de crescimento do Brasil que foi de 4,8% (ACRE, 2011a).

No Estado do Acre, o PIB avaliado com dados de 2008 foi de R\$ 6.7 bilhões, representando 4,35% do PIB da região Norte. A capital, Rio Branco, significou nos últimos cinco anos mais da metade do PIB estadual, devido ao fato de a maioria dos serviços,

² No Acre definem-se duas categorias de Parques, (1) Urbano - área verde localizada dentro da cidade, onde indústrias e residências são proibidas, e os estabelecimentos comerciais são restritos, propicia lazer e recreação à população, podendo incluir, centros educativos, museus, jardins botânicos, entre outros; e (2) Natural - área natural, fora de uma área urbana, protegida por lei, sendo proibidas instalações de edificações residenciais e industriais, restritas a nativos que já habitavam a área ou existem com restrições. Objetiva a preservação da flora e da fauna local.

assim como a administração pública estarem ali situados. Os municípios de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira vêm na sequência, respectivamente com 8,8% e 5,1% do PIB estadual. Apesar da distância da capital do Estado, 680 km, Cruzeiro do Sul tem na agricultura e pecuária sua principal atividade econômica, sendo a produção de farinha e de gado de corte muito apreciada nos grandes centros do país. Ressalta-se ainda o PIB *per capita* de Bujari (R\$ 15.732,00) e Acrelândia (R\$ 12.185,00), ambos em 2008, muito acima da média estadual - R\$ 9.896,00 (Tabela 4).

Tabela 4. Produto Interno Bruto Municipal

Município	Participação (%) no PIB do Acre em 2008	PIB per Capita (2008) em R\$
Acrelândia	2,2	12185
Assis Brasil	0,8	9782
Brasileia	2,6	8811
Bujari	1,6	15732
Capixaba	1,2	9277
Cruzeiro do Sul	8,8	7771
Epitaciolândia	1,9	9165
Feijó	3	6234
Jordão	0,8	8427
Mâncio Lima	1,3	6131
Manoel Urbano	0,9	8130
Marechal Thaumaturgo	1,2	5850
Plácido de Castro	2,7	10027
Porto Acre	2,1	9982
Pedro Walter	0,8	5965
Rio Branco	52,7	11776
Rodrigues Alves	1,3	6700
Santa Rosa do Purus	0,4	6672
Sena Madureira	5,1	9746
Senador Guiomard	3,1	10757
Tarauacá	3,5	7125
Xapuri	1,9	8752

Fonte: IBGE/Coord. das Contas Nacionais; SEPLAN/DEPAG.
(www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais); SEPLAN-AC/DEPAG

Na estrutura produtiva do Estado do Acre, o setor econômico que mais cresceu entre 2002 e 2007 foi o de serviços. Este representou 68,9%, seguido pela agropecuária 18,6%, posteriormente pela indústria 12,4%, em 2008 (Tabela 5).

Tabela 5. Participação (%) do Valor Adicionado Bruto (VA)³, por atividade econômica no Estado do Acre, de 2004 a 2008

Participação (%) do VA por atividade econômica					
Setor Econômico	2004	2005	2006	2007	2008
Agropecuária	18,37	20,02	16,84	17,18	18,57
Indústria	14,52	11,52	12,93	14,66	12,44
Serviços	67,12	68,46	70,23	68,16	68,99

Fonte: IBGE/Sidra, 2011. (<http://www.sidra.ibge.gov.br>)

No setor de serviços as atividades econômicas mais importantes são a administração pública e os serviços de saúde pública, seguidos pelo comércio e serviços de manutenção e reparação. A construção civil foi a grande impulsionadora do setor industrial acreano, especialmente entre 2002 e 2007.

Apesar da pequena redução percentual entre 2006 e 2007, a administração pública representou 34,3% do VA do Estado, sendo o comércio apenas 10,9%. No setor agropecuário é notória uma significativa perda de participação desde a década de 80, quando representava um quarto da economia acreana.

Com o intuito de mensurar o impacto econômico das atividades florestais no agregado econômico do Acre, a Secretaria de Estado de Planejamento, elaborou a partir da adaptação dos micro-dados do PIB, o Valor Bruto da Produção (VBP) florestal. A ideia por trás deste parâmetro é atrair investimentos para os setores produtivos, além de possibilitar a elaboração de políticas públicas voltadas ao uso mais sustentável dos recursos florestais (ACRE, 2007).

A Tabela 6 demonstra que o VBP Florestal teve em 2003 seu melhor desempenho. Entre 1999 e 2004, o VBP Florestal cresceu 13,9% em média, enquanto que o VBP agropecuário cresceu 9,4% e a indústria 8,6%. O setor de serviços manteve uma constante que variou entre 2,6 e 3,6% no mesmo período.

³ O VA (valor adicionado) a diferença entre o Valor Bruto da Produção e o Consumo Intermediário.

Tabela 6. Valor bruto da produção (VBP) do Acre

Ano	Valor da Produção a Preços Correntes (R\$ milhão)	Taxa real de Variação (%)				
		VBP	Florestal	Agropecuária	Indústria	Serviços
1999	2.076	3,8	0,7	15,6	0,0	2,6
2000	2.470	4,9	9,0	8,2	9,7	3,6
2001	2.823	5,1	6,9	1,6	9,6	3,0
2002	3.368	5,1	18,6	4,0	10,5	3,2
2003	4.173	6,6	27,6	5,5	6,2	2,6
2004	4.807	5,8	7,1	11,9	7,1	4,4

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação das Contas Nacionais.
(www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais)

Nota: O VBP foi calculado a partir dos micro dados da série antiga do PIB, cujo ano de referência inicial é 1985, devido à impossibilidade metodológica de calcular a partir da nova série do PIB, cujo ano de referência inicial é 2002.

(1) Exceto extração vegetal e silvicultura.

(2) Exceto indústria da transformação de madeira e borracha.

A Tabela 7 apresenta os valores e variações do índice de desenvolvimento humano-IDH para o Acre e municípios. Observa-se que em 1991, só o município de Rio Branco tinha um IDH superior a média estadual, e Jordão e Marechal Thaumaturgo apresentavam os mais baixos valores. No ano 2000, além de Rio Branco, o IDH de Senador Guiomard superou a média estadual. Jordão continua sendo o pior IDH do estado do Acre, mas agora quem o acompanha é Santa Rosa do Purus.

Tabela 7. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, no estado do Acre e Municípios

Município	IDH			Dimensões do IDH (2000)		
	1991	2000	Var. %	IDH-R	IDH-L	IDH-E
Acre	0,624	0,697	11,70	0,640	0,694	0,757
Rio Branco	0,703	0,754	7,16	0,704	0,697	0,860
Senador Guiomard	0,608	0,701	15,24	0,612	0,724	0,766
Epitaciolândia	0,600	0,684	13,99	0,591	0,701	0,761
Plácido de castro	0,572	0,683	19,35	0,564	0,720	0,764
Acrelândia	0,580	0,680	17,12	0,593	0,706	0,740
Assis Brasil	0,575	0,670	16,51	0,565	0,711	0,735
Xapuri	0,564	0,669	18,75	0,576	0,711	0,721
Brasileia	0,551	0,669	21,48	0,588	0,693	0,727
Cruzeiro do Sul	0,605	0,668	10,47	0,598	0,685	0,721
Porto Acre	0,564	0,663	17,68	0,558	0,720	0,712
Sena Madureira	0,545	0,652	19,65	0,554	0,723	0,678
Mâncio Lima	0,545	0,642	17,80	0,533	0,685	0,708
Bujari	0,574	0,639	11,33	0,570	0,706	0,640
Capixaba	0,536	0,607	13,11	0,555	0,637	0,628
Tarauacá	0,493	0,604	22,45	0,528	0,682	0,601

Município	IDH			Dimensões do IDH (2000)		
	1991	2000	Var. %	IDH-R	IDH-L	IDH-E
Manoel Urbano	0,510	0,601	17,70	0,527	0,682	0,593
Rodrigues Alves	0,486	0,550	13,09	0,470	0,644	0,536
Feijó	0,496	0,541	8,93	0,468	0,682	0,472
Porto Walter	0,430	0,540	25,58	0,481	0,644	0,495
Marechal Thaumaturgo	0,402	0,533	32,70	0,431	0,685	0,483
Santa Rosa do Purus	0,452	0,525	15,99	0,409	0,637	0,528
Jordão	0,362	0,475	31,43	0,364	0,637	0,425

Fonte: Acre em Números, 2011

Nota: O IDH-E (Educação) é composto por dois indicadores: a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade e a taxa bruta de frequência à escola. O IDH-L (Longevidade) leva em conta a expectativa de vida no município. O IDH-R (Renda) utiliza como critério a renda municipal per capita.

Segundo o Plano Plurianual do Governo (PPA 2011-2015), o déficit habitacional do Estado em 2010 foi estimado em 14,1%. Isso significa dizer que a necessidade de reposição e atendimento à demanda reprimida de mercado é de 25.545 (Tabela 8). O déficit vem, de forma absoluta, aumentando desde 2001, quando passou de 23.799 para 25.454 habitações em nove anos. Entretanto, em termos de participação, caiu de 19,3% para 14,1% do total de domicílios, ou seja, reduziu mais de 26,9% nesse período. Após 2001 o incremento de unidades habitacionais consideradas adequadas cresceu aproximadamente 88%, passando de 46.874 para 88.165 casas, ou seja, a participação no total de domicílios subiu de 37,9% em 2001 para 48,6% em 2010.

Tabela 8. Total de domicílios por categoria de condição habitacional, no estado do Acre, no período de 2001 a 2010

	Condições habitacionais			
	Total	Déficit (%)	Inadequada (%)	Adequada (%)
2001	123566	19,3	42,8	37,9
2010	181410	14,1	37,3	48,6

Fonte: PNH, 2010. (www.cidades.gov.br)

O acesso simultâneo à água potável, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos (lixo) são condições mínimas para promover um ambiente saudável e elevar a qualidade de vida da população. O Acre ainda está muito abaixo da média nacional na proporção de domicílios permanentes urbanos com serviços de saneamento, assim como a influência dos rendimentos médios mensais domiciliares per capita no acesso a este tipo de serviço, conforme Tabela 9 a seguir.

Tabela 9. Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção com serviços de saneamento, por classes de rendimento médio mensal domiciliar per capita em 2005

Domicílios particulares permanentes urbanos											
		Proporção com serviços de saneamento (%)							Existência de serviço de		
Total	Total	Classes de rendimento médio mensal domiciliar per capita (salário mínimo)							Abastecimento de água por rede geral (%)	Rede coletora esgotamento sanitário ou pluvial (%)	Coleta de lixo (%)
		Ate ½	1/2 a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	Mais de 5				
Brasil	44860739	61,1	39,1	55,7	67,6	74,5	78,4	82	92,5	66,2	97
Norte	2798223	8,8	5,6	6,8	9,6	14,7	16,6	22,9	66,5	10,5	91,6
Acre	117257	20,4	8,2	17,3	28,3	38,4	39,2	34,1	61,3	37,1	92,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005

A geração de energia elétrica no estado do Acre, de responsabilidade da Eletronorte, a partir de outubro de 2009, foi integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) através de Porto Velho. O sistema tem capacidade de alimentar a capital, Rio Branco e os municípios interligados, correspondendo a 84% de toda área de concessão. Também existe, ainda, o sistema Eletroacre/Guascor composto por sistemas isolados no interior do Estado, cujo parque gerador é formado por nove usinas termoeletricas, num total de 37 MW nominais, sendo responsável por 16% da demanda do Acre. A área de concessão para a transmissão de energia da Eletroacre abrange todo o Estado e compreende 24 localidades com 193.424 (até 2010) unidades consumidoras. O número de consumidores do sistema interligado é de 76,4% do total, representado, em média, 85% do total de energia consumida (dados de 2010). Em 2010, o maior percentual de consumo de energia foi no setor residencial (46%), seguido pelos setores comercial (21,6%) e do poder público (14,1%). A participação do setor industrial (5,4%), com relação aos outros setores é reduzida (Acre, 2011) (Tabela 10).

Tabela 10. Consumo e consumidores de energia elétrica no Acre em 2010

Discriminação	Consumo por Classe (kWh)	Consumidores por Classe
Residencial	309735008	157273
Industrial	35794654	754
Comercial	143669043	15780
Rural	35581866	25063
Poder Público	92392091	2607
Iluminação Pública	32275667	217
Serviço público	22990909	50
Próprio	1075470	27
Total	670514708	201771

Fonte: Acre em Números, 2011

A estrutura de serviços de saúde de alta e média complexidade teve substancial ampliação e melhoria da resolutividade. Neste sentido, mesmo ainda com grande deficiência, é possível destacar o declínio da taxa de mortalidade infantil de 23,9 por mil nascidos vivos em 1999 para 19,28 em 2009. O aumento na proporção de profissionais na área da saúde por habitante pode ser observado na Tabela 11. Entre 2005 a 2009 registram-se incrementos na cobertura do Programa Saúde da Família de 47 % para 63,3%, das despesas per capita total para saúde de R\$ 114,00 para R\$ 223,00 e do número de leitos por mil habitantes em 47% (ACRE, 2011).

Tabela 11. Número de profissionais de saúde por 1000 habitantes

Profissionais da saúde por 1000 habitantes		
	2003	2008
Médicos	0,72	0,95
Odontólogos	0,42	0,57
Enfermeiros	0,62	1,02
Técnico em Enfermagem	0,21	1,51

Fonte: MS/CGRH-SUS/SIRH. (<http://tabnet.datasus.gov.br>)

A educação da população do Acre deve ser entendida considerando o contexto histórico do País, e do processo de ocupação do próprio estado, com base no extrativismo e nos empregos urbanos, entraves estes ainda não completamente superados. A Tabela 12 apresenta alguns dados gerais do número de matrículas, de docentes e de estabelecimentos de ensino no Acre no ano 2009. Atualmente existem mudanças nos indicadores da Educação Básica do Acre. O Estado do Acre saiu das últimas posições nas avaliações do Ministério da Educação (MEC) para ser o décimo no ranking do Índice de Desenvolvimento do Ensino Brasileiro (IDEB), de 1^a. a 4^a. série, em 2009, o quarto lugar, de 5^a. a 8^a. série, e o sétimo no ensino médio. A taxa de evasão entre 1999 e 2009, no ensino fundamental reduziu-se de 17,1% para 4,1%, e no ensino médio de 21,7% para 13,1%. A taxa de analfabetismo da população de 15 ou mais anos no estado teve uma queda de 15,4 a 12,7 % entre 2004 e 2009. Destaca-se que estes valores médios são maiores que a média nacional e regional, assim como na zona rural e entre a população masculina do Estado (Tabela 13) (ACRE, 2011).

Tabela 12. Dados gerais da educação no Acre, em 2009

	Matrícula inicial	Funções docentes	Estabelecimentos
Ensino infantil	27207	1452	419
Ensino fundamental	166068	7501	1601
Ensino médio	34765	1654	115
Educação de jovens e adultos	27721	1388	416
Educação especial	710	55	7
Educação profissional	1877	61	4
Indígena			163
Total		12111	1761

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar.

Tabela 13. Taxa (%) de analfabetismo por zona e sexo, população com 15 anos ou mais

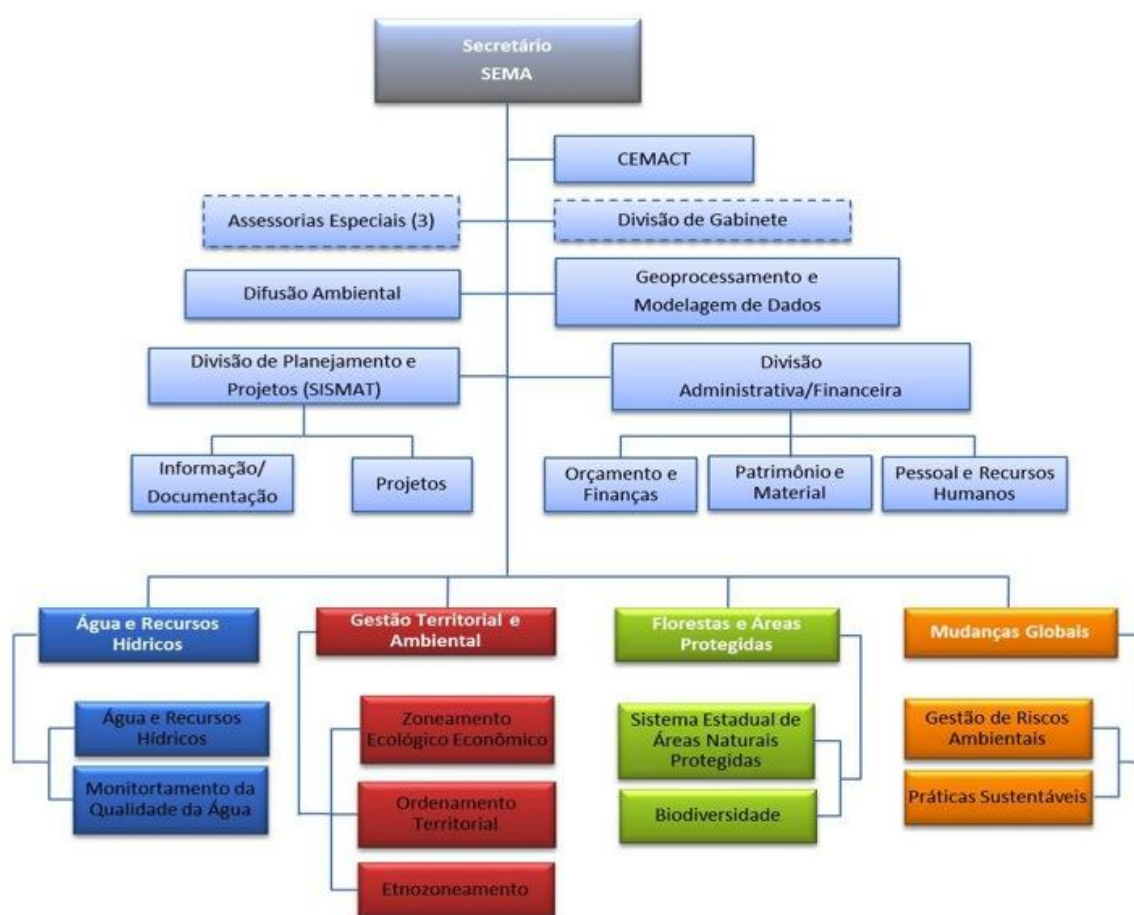
Analfabetos					
	Geral	Rural	Urbana	Femenino	Masculino
Brasil					
2009	7,3	22,8	7,4	9,6	9,8
Norte					
2009	8,1	18,7	8,4	9,7	11,4
Acre					
2004	15,4	32,8	12,1	15,5	19
2009	12,7	27,7	12,7	13,1	17,9

Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA.
(www.ipea.gov.br/portal)

3. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Criada pela Lei Complementar nº. 171 de 31 de agosto de 2007, a Sema é um órgão da administração direta, com atuação em todo o Estado do Acre, sendo supervisionada diretamente pelo Gabinete do Governador (Figura 3). A Sema juntamente, com o Instituto de Meio Ambiente do Acre- Imac, o Instituto de Terras do Acre-Iteracre, e o Instituto de Mudanças Climática e Regulação de Serviços Ambientais- IMC formam o Sistema de Meio Ambiente e Território do Acre-Sismat⁴, onde as ações integradas do sistema visam garantir as condições ambientais e territoriais para o desenvolvimento sustentável do Estado do Acre.

Figura 3. Organograma da estrutura da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre



Fonte: Sema, 2010

⁴ O IMAC é responsável pela execução da Política Ambiental, o ITERACRE tem como atribuição realizar a regularização fundiária no Estado, e o IMC tem por atribuição estabelecer as normas de funcionamento do Sistema Estadual de Incentivos aos Serviços Ambientais (SISA).

Em suas competências específicas o Imac gerencia o Sistema Estadual de Informações Ambientais-Seiam interagindo com outros sistemas nos níveis Federal, Estadual e Municipal, promovendo a articulação e integração entre o setor público e a comunidade científica, tecnológica e ambientalista, nacional e internacional, apoia a elaboração e implementação de políticas de ocupação dos espaços urbanos do Estado, e coordena a difusão e a implementação do Zoneamento Econômico-Ecológico/ZEE do território estadual. Dentre outras atribuições, compete à Sema: (i) elaborar, coordenar e supervisionar a política estadual de meio ambiente, biodiversidade, serviços ambientais e unidades de conservação, de acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

O Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Cemact), instituído pela Lei nº 1.022 de 21 de Janeiro de 1992, é deliberativo e normativo e integra o Sistema Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sismact), na condição de órgão superior. O conselho está sediado na Sema, e suas responsabilidades principais são formular, aprovar, supervisionar e avaliar políticas nas áreas de ciência, tecnologia e meio ambiente, estabelecendo as diretrizes, normas e medidas necessárias ao desenvolvimento sustentável do Estado. Este conselho está operante, reunindo-se periodicamente e conforme necessário. As câmaras técnicas do Cemact elaboram planos e propostas de projetos e programas de meio ambiente, que uma vez aprovadas são encaminhadas ao Governo do Estado. O Cemact também avalia atividades com potenciais impactos ambientais negativos, para definir sua viabilidade e propor medidas mitigadoras.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável (CDRFS) foi criado pelo Decreto nº 8.423 de 11 de agosto de 2003. O Conselho Florestal Estadual (CFE) criado pela Lei Florestal é uma instância superior deliberativa e normativa, responsável pela definição da política, dos planos e das estratégias florestais do Estado. O Decreto nº 8.452 de 14 de agosto de 2003 estabelece a estrutura e composição do Conselho Florestal Estadual (CFE) e regulamenta o Fundo Florestal, gerido atualmente pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis (Sedens). O Conselho é um órgão colegiado integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável (Seplan), que tem por finalidade deliberar sobre os planos, programas e projetos constantes da Política Estadual de Apoio à Agricultura Familiar e à Reforma Agrária, com ênfase na produção agroflorestal, florestal e extrativista, como também considerar o território rural como foco de planejamento e de gestão de programas de desenvolvimento rural e florestal sustentável.

4. BASE LEGAL ESTADUAL

O Estado conta com uma Política Estadual de Meio Ambiente, inserida no Sistema Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia-Sismact (Lei estadual nº 1.117/1994). Esta Política estabelece as diretrizes e mecanismos para a gestão ambiental no Estado, fixando normas básicas para a proteção, conservação e preservação do meio ambiente e recursos ambientais, como premissa de melhoria de qualidade de vida da população. Entre outros instrumentos, estão vinculadas diretamente à Política Estadual de Meio Ambiente a Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei estadual nº 1.500/2003), a Lei nº 1.235/1997 sobre acesso a recursos genéticos do Estado, e a Lei Florestal nº 1.426/2001, que regula o uso das florestas do Acre, entre outros, o que representa um significativo avanço em termos de gestão integrada dos recursos naturais.

O Acre concluiu em 2006 o Zoneamento Ecológico Econômico Fase II (ACRE, 2006), resultante de trabalho detalhado e participativo, que incluiu de forma inovadora um eixo cultural-político, trazendo para a construção do ZEE a visão das diferentes comunidades acreanas. Para orientar o planejamento do Estado do Acre, o ZEE foi instituído pela Lei nº 1.904 de 05 de junho de 2007, e norteia todas as áreas estaduais de desenvolvimento, subsidiadas pelas diretrizes indicadas no Mapa de Gestão Territorial na escala de 1:250.000, elaborado a partir dos eixos temáticos dos recursos naturais, socioeconômico e cultural-político.

O ZEE está atualmente sendo detalhado para o nível local com as seguintes especificidades: Etnozoneamento das Terras Indígenas (na escala 1:50.000); Ordenamento Territorial Local dos Municípios (na escala 1:100.000); desdobramentos do ZEE para Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZED) (na escala 1:100.000); e Zonas de Atendimento Prioritário (ZAP), desdobradas conforme o tamanho das comunidades, na escala mínima de 1:10.000, para subsidiar a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Comunitário (PDC).

5. CENÁRIO DE RISCOS DE DESASTRES NO ESTADO DO ACRE

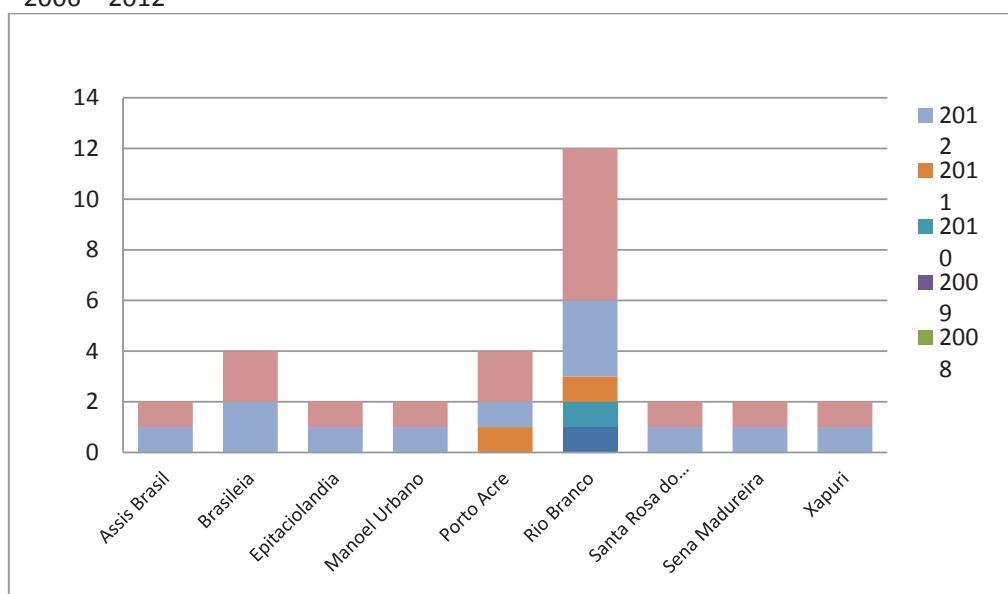
O cenário de risco de desastres é o espaço onde estão presentes todos os fatores físicos, naturais, sociais, políticos e institucionais, que constituem a sua vez, os perigos ou ameaças, as vulnerabilidades, as capacidades de respostas. O cenário de risco pode ser identificado e compreendido a partir da análise dos eventos de desastres ocorridos no passado, assim como também da observação e análise direta dos fatores geradores de perigos e vulnerabilidades, ou seja, segundo a dinâmica dos fenômenos naturais, sociais, econômicos, políticos, dentre outros.

A identificação das ameaças de perigos permite priorizar as ações de gestão de riscos de desastres, com vistas à redução dos impactos decorrentes. A ameaça é a probabilidade de ocorrência de um fenômeno natural ou induzido pela ação do Homem,

potencialmente danoso, de uma magnitude conhecida, para um período específico num determinado local.

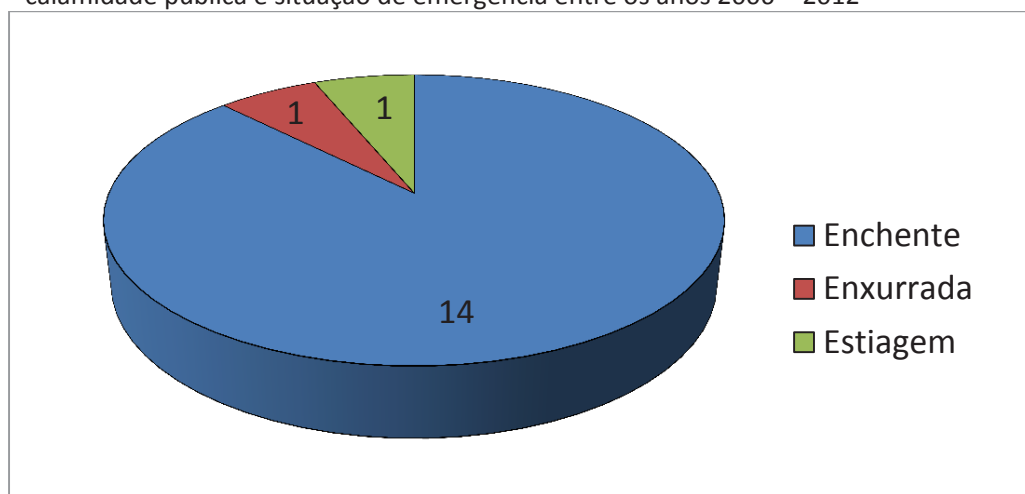
De acordo com os registros de decretos de calamidade pública e situação de emergência por desastres registrados na Secretaria Nacional de Defesa Civil, entre 2006 e 2012, no estado do Acre são identificadas diferentes ameaças, particularmente enchentes, enxurradas e estiagem ou secas prolongadas. Nestes casos, os municípios mais afetados são Rio Branco, Brasileia, Porto Acre, Assis Brasil, Epitaciolândia, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira, e Xapuri (Figuras 4 e 5).

Figura 4. Distribuição de eventos de desastres por municípios do estado do Acre com base nos decretos de calamidade pública e situação de emergência entre os anos 2006 – 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Defesa Civil. (<http://www.integracao.gov.br/sedec>)

Figura 5. Tipos de eventos de desastres comuns no Acre, com base nos decretos de calamidade pública e situação de emergência entre os anos 2006 – 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Defesa Civil. (<http://www.integracao.gov.br/sedec>)
As Figuras 6 e 7 apresentam mostramos os impactos dos eventos de 2012

Figura 6. Áreas inundadas no município de Brasileia em 21 de fevereiro de 2012



Fonte: Agência de Notícias – Sérgio Vale

Figura 7. Áreas inundadas no município de Rio Branco, na Gamaleira, em 9 de dezembro de 2012



Fonte: CBMAC, 2012

As enchentes, inundações, enxurradas e estiagens são fenômenos da dinâmica externa da Terra. As enchentes e inundações são derivadas de fenômenos de caráter

hidrometeorológico ou hidrológico, e representa uma elevação temporária do nível de água em um canal de drenagem, devido ao aumento da vazão ou descarga. A água atinge a cota máxima do canal, entretanto, não ocorre o extravasamento para além do limite do canal. Já nas inundações, ocorre o extravasamento das águas do canal de drenagem para as áreas marginais (planície de inundação, várzea ou leito maior do rio). O fenômeno evolui de forma facilmente previsível e a onda de cheias desenvolve-se lentamente, de montante para jusante, aguardando intervalos regulares. As águas se elevam de forma paulatina e previsível, mantendo-se em situação de cheia durante algum tempo e, a seguir, escoam gradualmente. As enxurradas ou inundações bruscas são características de vales encaixados e vertentes com altas declividades, que predispõem as águas a atingirem grandes velocidades em curto tempo, causando inundações bruscas e mais destrutivas. A estiagem é um fenômeno climático natural, causado por um período prolongado de baixa pluviosidade ou sua ausência, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição (Castro, 1998). De acordo com Kobiyama et al. (2006), a forma crônica da estiagem é a seca.

No Acre, os impactos dos desastres naturais de origem hidrometeorológico são sentidos consideravelmente tendo em conta a alta extensão e densidade de drenagem (Tabela 14), e o alto grau de dependência das populações e de suas atividades aos cursos de água, para alimentação, transporte de pessoas e mercadorias, assistência à saúde e educação.

Tabela 14. Extensão e densidade da rede drenagem dos principais rios do Acre

Rio Principal	Extensão da rede de drenagem (km)	Densidade de drenagem (Km/Km ²)
Abunã	1949	0,22
Iná	1395	0,55
Ituxi	2232	0,05
Acre	23163	0,65
Iaco	24581	0,93
Purus	19686	0,53
Tarauacá	52348	0,97
Gregório	5140	0,58
Moa	6378	0,84
Juruá	22388	0,72

Fonte: ZEE/SEMA-AC

No entanto, outras ameaças existem na região, tanto de origem em fenômenos da natureza, como aqueles derivados das atividades humanas.

Os Sismos, fenômenos da geodinâmica interna da terra, são vibrações ondulatórias da crosta terrestre, ocasionadas pela fratura de rochas no interior da terra (hipocentro) muitas vezes sentidas pela superfície da Terra em diversos pontos. O

epicentro é o ponto da superfície terrestre onde se registra a intensidade máxima de um movimento sísmico, em geral situado sobre o hipocentro. O Acre é o estado que apresenta comparativamente o maior nível de atividade, tanto em número quanto no tamanho dos sismos no Brasil, devido particularmente a sua proximidade à cordilheira dos Andes e o movimento relativo entre as placas tectônicas de Nazca e Sul-Americana. Este movimento de subdução produz constantes terremotos cujos focos vão se aprofundando da costa do Pacífico, em direção ao interior do continente. A Tabela 15 apresenta alguns dos mais recentes eventos de sismicidade no estado do Acre.

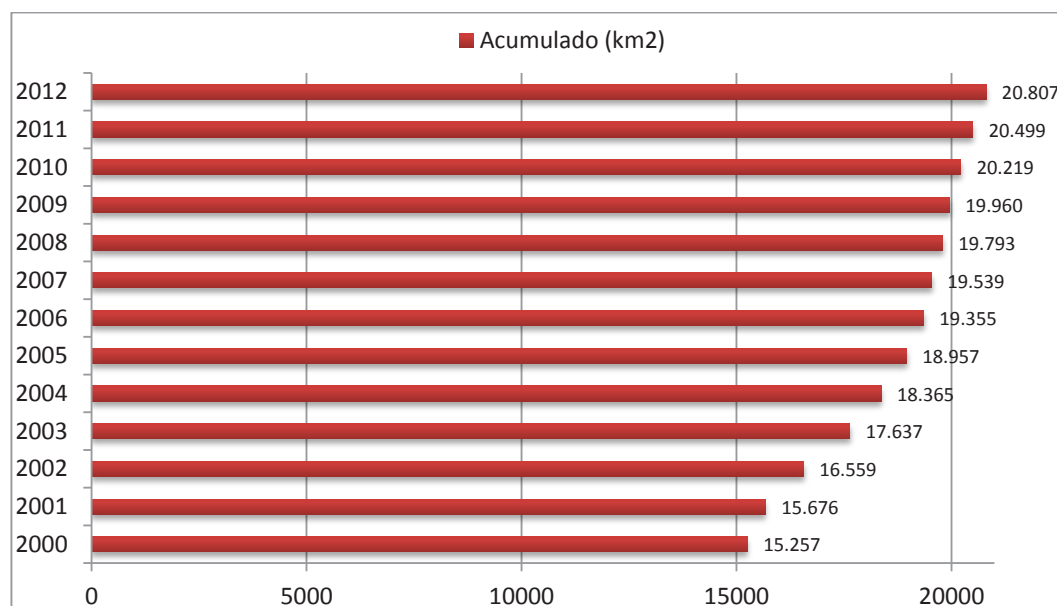
Tabela 15. Eventos de sismicidade recente com epicentro no estado do Acre

Data	Epicentro	Magnitude
17 dezembro de 2010	± 160 Km de Cruzeiro do Sul (AC); ± 435 Km de Rio Branco	5,0 m _b .
24 de maio de 2010	± 125 Km de Cruzeiro do Sul (AC)	6,5 m _w .
25 de abril de 2010	± 100 Km de Cruzeiro do Sul e ± 675 Km de Rio Branco	4,9 m _B
29 de janeiro de 2009	155 km de Cruzeiro do Sul, 435 km de Rio Branco.	5.6 mB

Fonte: Observatório Sismológico da UNB. (<http://www.obsis.unb.br>)

A implementação de unidades de conservação e terras indígenas não tem sido uma estratégia ainda capaz de resolver a perda de cobertura vegetal no Estado. Os dados oficiais de desmatamento para o estado do Acre apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)⁵ indicam uma área total desmatada até 2012 de 20.807 km², representando 13,1% do território estadual (Figura 8).

Figura 8. Área desmatada acumulada no Acre, no período de 2000 a 2012

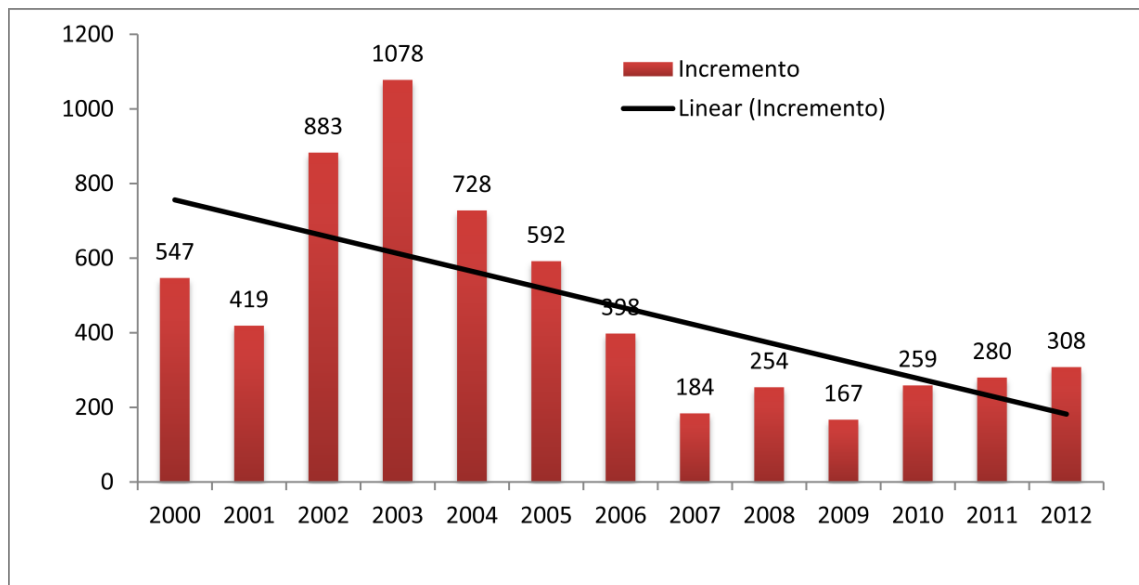


Fonte: Prodes, 2012. (<http://www.obt.inpe.br>)

⁵ Projeto "PRODES" - Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite.

Analisando o incremento anual do desmatamento, observa-se uma tendência de queda, especialmente a partir de 2003 (Figura 9).

Figura 9. Incremento anual do desmatamento no estado do Acre, no período 2000 a 2012



Fonte: Prodes, 2012. (<http://www.obt.inpe.br>)

A Tabela 16 apresenta o acumulado da área desmatada nos municípios do estado do Acre até 2012, em Km². Os municípios com maior área desmatada até 2012 foram, em ordem decrescente, Rio Branco, Sena Madureira, Plácido de Castro, Brasileia, e Porto Acre. Considerando a proporção desmatada do município até 2012, destacam-se, em ordem decrescente Plácido de Castro, Senador Guiomard, Acrelândia, Epitaciolândia, e Capixaba. Os padrões de desmatamento guardam relação com a presença de grandes empreendimentos agropecuários, de assentamentos ao longo das estradas e/ou em direção às nascentes fluviais.

Tabela 16. Total e percentual de áreas desmatadas por município no estado do Acre, em 2012

Município	Desflorestamento até 2012 (km ²)	Desflorestamento até 2011 (% do território)
Rio Branco	3034,4	31,91
Sena Madureira	1602,7	6,12
Plácido de Castro	1505	71,7
Brasileia	1432,5	31,95
Porto Acre	1405,6	45,77
Bujari	1305,9	36,56

Município	Desflorestamento até 2012 (km2)	Desflorestamento ate 2011 (% do território)
Senador Guimard	1298,5	68,81
Tarauacá	1235,6	7,59
Xapuri	1176	21,72
Feijó	1168,2	4,63
Acrelândia	909,7	56,5
Epitaciolândia	873,2	51,06
Capixaba	847,6	48,02
Cruzeiro do Sul	720,5	8,63
Rodrigues Alves	467,8	13,4
Mâncio Lima	359,5	7,27
Manoel Urbano	253,2	2,6
Marechal Thaumaturgo	238,8	2,93
Porto Walter	187,2	2,9
Assis Brasil	145,8	4,88
Jordão	136,9	2,41
Santa Rosa do Purus	79,7	1,28

Fonte: INPE-PRODES. Prodes, 2012 (<http://www.obt.inpe.br/prodes>)

Na Amazônia o processo de desmatamento é, quase sempre, realizado por meio das queimadas, uma forma barata de transformar a biomassa da vegetação em cinzas e remover plantas que podem vir a competir com cultivos agrícolas ou pastos plantados. Vastas regiões de florestas tropicais estão sendo queimadas também como uma consequência não intencional dessas práticas atuais de uso da terra. Isso acontece porque o uso do fogo tem aumentado a inflamabilidade das paisagens da Amazônia, dando início a um ciclo vicioso de degradação das florestas, que são substituídas por uma vegetação mais inflamável, o que aumenta o risco de incêndios. Os dados de focos de calor, utilizados como indicadores de queimadas e disponibilizados diariamente pelo Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) do Inpe, demonstram que as queimadas ocorrem com maior frequência entre os meses de agosto e setembro, época mais seca do ano na região. A Tabela 17 indica os focos de calor acumulados por ano e suas mudanças. A região leste do Estado, mais especificamente nas Regionais do Alto e Baixo Acre, é a mais afetada pelas queimadas todos os anos, abrangendo os municípios de Acrelândia, Assis Brasil, Brasileia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Senador Guimard e Xapuri. Além de 2005, 2010 foi também um ano crítico em termos de acumulados de focos de calor na região de Tarauacá, que, vem apresentando tendência de aumento, afetando, além das áreas abertas (pasto), áreas de conservação ambiental, como pode ser observado nas Figuras 10 e 11.

Tabela 17. Número de focos de calor acumulados no estado do Acre entre 2005 e 2012, por regional, utilizando os satélites de referência – Inpe

	AAcre	BAcre	Purus	Juruá	Tar/Envira	Total
2005	2315	7798	1526	953	1581	14173
2006	376	1590	537	663	1089	4255
2007	486	1206	504	550	586	3332
2008	451	1011	467	279	600	2808
2009	291	439	308	456	601	2095
2010	567	1613	636	789	1079	4684
2011	233	417	277	415	570	1912
2012	440	616	534	638	952	3180

Fonte: INPE/CPTEC. (www.cptec.inpe.br)

Figuras 10 e 11. Queima de pasto e Área de Proteção Permanente-APP na área de influência do Rio Acuraua, município de Tarauacá



Fonte: Ucegeo, 2011.

Os fenômenos antrópicos ou tecnológicos são aqueles produzidos pelas obras e a atividade do homem. Podem gerar em qualquer momento desastres de grandes proporções e, conseqüentemente, provocar situações de emergência supressiva; ou podem provocar pequenos danos em múltiplas ocasiões, até acumular-se e desencadear perigos consideráveis. No estado do Acre estas áreas estão próximas às áreas urbanas (particularmente Rio Branco) e as estradas de elevada circulação de veículos⁶ (Figura 12).

⁶ Cabe destacar o maior fluxo de veículos e de cargas em decorrência das rodovias de integração internacional, já implementadas, em construção, e planejadas.

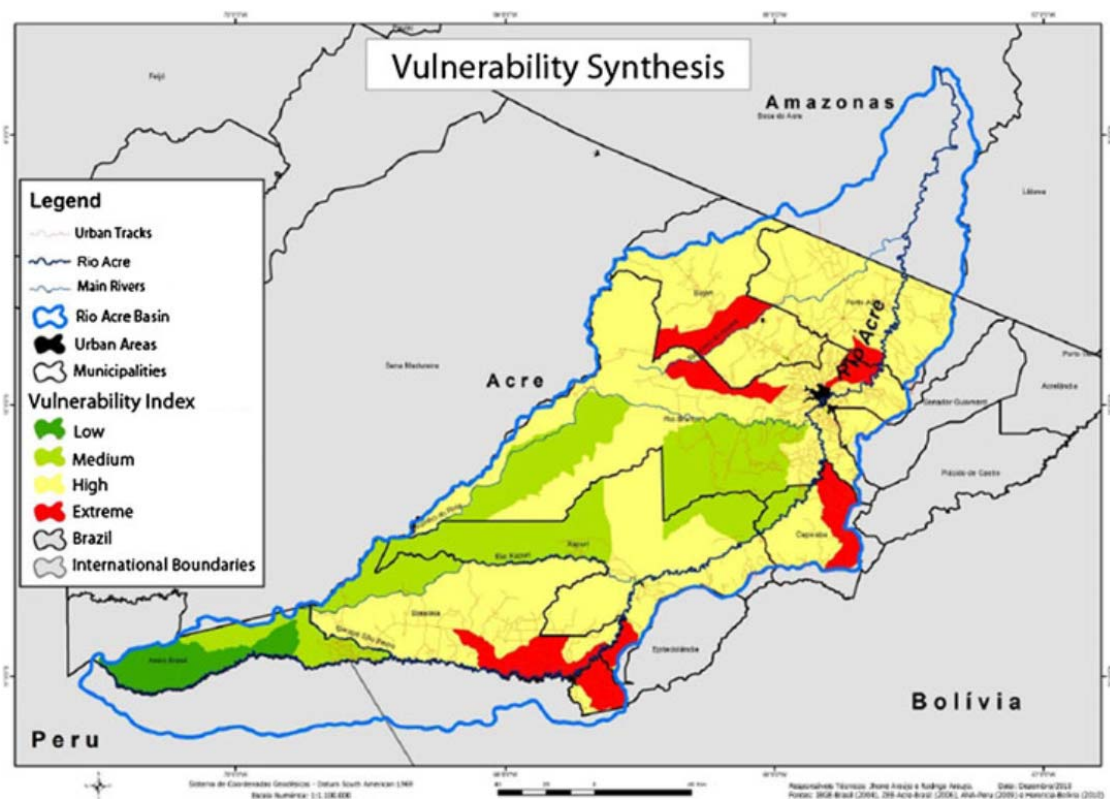
Figura 12. Distribuição espacial de atividades potencialmente impactantes decorrentes das atividades humanas (tecnológicas) no estado do Acre



A análise da vulnerabilidade define o grau de resistência ou exposição física e/ou social de um elemento ou conjunto de elementos (vidas humanas, patrimônio, serviços vitais, infraestrutura, áreas agrícolas e outros), como resultado da ocorrência de uma ameaça de origem natural ou induzido pelo homem. Ela é o reflexo de suas condições físicas, sociais, econômicas, institucionais, ambientais, que mudam continuamente, segundo seu nível de preparação, atitude, e comportamento.

A Figura 13 abaixo apresenta a vulnerabilidade dos municípios da bacia do Rio Acre no estado do Acre a partir da espacialização de índices de vulnerabilidade que combinam indicadores de concentração populacional, de grupos vulneráveis (pobres, crianças, idosos, baixa escolaridade), e de unidades de resposta emergencial (exemplo: hospitais, escolas, instituições de segurança e defesa civil, templos religiosos, dentre outros) (SENA et al., 2012).

Figura 13. Vulnerabilidade social diante a ocorrência de desastres na bacia do Rio Acre



Fonte: Sena et al., 2012

6. A GESTÃO DE RISCOS/DESASTRES

As respostas dadas após um desastre são importantes, mas não resolvem as causas que o originaram e em consequência seus impactos. Estas causas se ocasionam na complexa interação entre fenômenos gerados na natureza e nas atividades antrópicas e as formas de ocupação do espaço pelo Homem individual ou socialmente. Os eventos naturais e originados na ação humana se transformam em desastres porque as populações se localizam inadequadamente, muitas vezes utilizando estruturas incorretamente preparadas para suportar estes fenômenos. Com a finalidade de proteger as pessoas e seus bens, as políticas formuladas para atender desastres devem cobrir uma ampla variedade de aspectos, muitas vezes estreitamente vinculados com as políticas de desenvolvimento sustentável. Reduzir a frequência dos desastres exige um enfoque amplo que reflete, além das causas da vulnerabilidade de uma sociedade a tais desastres, uma vontade política e econômica de apoio. Um sistema para gerenciar os

riscos/desastres⁷ deve estar composto pela interação de instituições (formais e não formais), mecanismos financeiros, normas e políticas relacionadas com esta temática no âmbito do Estado.

Os elementos chave da gestão do risco estão divididos em duas etapas: *Pré-desastre* e *Pós-desastre*. A etapa *Pré-desastre* inclui as atividades de Prevenção e Preparação. A etapa *Pós-desastre* se ocupa de atender a Resposta Rápida, a Reabilitação e a Reconstrução. Um programa integral de gestão do risco deve dar resposta a todos estes elementos.

A Prevenção inclui a *identificação* e a *mitigação* do risco. A *identificação* do risco ambiental implica a avaliação do perigo e da vulnerabilidade, assim como as análises do risco. A avaliação do perigo permite determinar a localização provável, a magnitude e a frequência dos fenômenos naturais e/ou antrópicos que provocam perigo. Esses estudos se embasam principalmente na informação científica disponível (geologia, geomorfologia, solos, clima, hidrologia, topografia, fotografias aéreas, imagens de satélites e registros históricos). A avaliação da vulnerabilidade estima a capacidade suporte das pessoas e comunidades, das atividades socioeconômicas e das estruturas diante da probabilidade da ocorrência de um fenômeno perigoso e seus impactos. Também analisam a conscientização da população quanto ao perigo, a capacidade da sociedade, e as suas instituições em fazer frente às catástrofes por si mesmos. A análise do risco combina a informação sobre a identificação do perigo e as análises de vulnerabilidade sob a forma de estimativa das probabilidades de perdas previstas para um fato de perigo determinado. A *mitigação* compreende as políticas, as atividades e as estruturas que procuram diminuir a vulnerabilidade de uma área em risco. A mitigação estrutural mediante medidas de engenharia podem apresentar uma boa relação de custo/benefício, no entanto, oferecem respostas em curto prazo e outorgam muitas vezes uma falsa sensação de segurança. As medidas não estruturais de mitigação são aquelas não vinculadas à engenharia, entre as que se destacam, as de zoneamento e ordenamento do uso do solo, a normatização dos códigos de edificação, a educação e a capacitação pública, e a recuperação de áreas degradadas. As medidas não estruturais podem fomentar-se mediante incentivos governamentais ou de empresas privadas e normalmente exigem menores recursos financeiros.

A *preparação* implica a elaboração de respostas e a capacidade de gestão diante da emergência, prévia ao desastre. As atividades chaves de preparação incluem os programas de capacitação do pessoal envolvido em dar resposta em caso de emergência, os exercícios e simulações de planos de emergência, os programas educativos para informar a população, a determinação das rotas de evacuação, os sistemas de

⁷ O Risco pode ser definido como a *probabilidade* de que a unidade social ou seus meios de vida sofram danos e perdas em consequência do impacto de um perigo. O Desastre ocorre quando a probabilidade se concretiza. A Gestão de riscos/desastres pode ser definida como o processo de adoção e implementação de políticas, estratégias e práticas orientadas a reduzir os riscos de desastres e/ou adaptar-se às mudanças climáticas, e assim como a minimizar os efeitos negativos.

comunicação, o estabelecimento de procedimentos de aviso e a mobilização do pessoal, dentre outros aspectos. A *preparação* para desastres também requer uma importante vontade política, com vistas a manter o entusiasmo para designar recursos para os projetos de preparação após muitos anos desde o último desastre. Os planos de conscientização permanente da população constituem um ingrediente chave para incrementar e manter a preparação para desastres e aumentar a consciência da população.

A *resposta rápida* em caso de emergência se refere às ações postas em prática durante e imediatamente depois do início dos desastres com vistas a minimizar a perda de vidas e os danos a população e os seus bens, assim como alcançar uma maior eficácia na recuperação. A resposta rápida abarca, entre outras coisas, a identificação de perigos e seu aviso, a evacuação de populações ameaçadas, o abrigo das vítimas, a atenção médica de emergência, as operações de procura e resgate, a segurança, a proteção dos bens, e a assistência familiar. A qualidade e o oportuno da resposta em caso de desastre são o resultado do planejamento e a capacitação realizada durante o período de preparação prévio ao desastre. A *reconstrução* e a *reabilitação* descrevem aqueles planos que fornecem ajuda em longo prazo a quem tem sofrido danos ou perdas devido a um desastre. Seu objetivo é facilitar a volta dessas comunidades à situação anterior ao desastre. A reabilitação compreende a reparação e construção de habitações, estabelecimentos comerciais, edifícios públicos, serviços e infraestrutura vitais. A principal recomendação para os projetos de reconstrução e reabilitação é que devem funcionar de forma tal que reduzam a vulnerabilidade futura e promovam o desenvolvimento. Os projetos de reconstrução exitosos incluem a cooperação e a participação das comunidades locais.

6.1 ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS DA GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES NO ESTADO DO ACRE

A organização sistêmica da defesa civil no Brasil deu-se com a criação do Sistema Nacional de Defesa Civil-Sindec em novembro de 1988 (Decreto nº 97.924), reorganizado pelos Decretos nº 895/1993, nº 4.980/2004, e nº 5.376/2005. Este último revogado pelo Decreto nº 7.257 de 2010. Nesta estrutura do Sistema Nacional de Defesa Civil, destaca-se a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres-Cenad, o Grupo de Apoio a Desastres e o fortalecimento dos órgãos de Defesa Civil local (BRASIL, 1988, 1993, 2004,e 2010).

Em 2012, a Lei Federal nº 12.608 institui entre outras coisas, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil-Conpdec; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres (BRASIL, 2012).

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) trouxe algumas inovações que merecem destaque:

- a necessidade da integração das políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e as demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável;
- a elaboração e implantação dos Planos de Proteção e Defesa Civil nos três níveis de governo, estabelecendo metas de curto, médio e longo prazo;
- a implementação do Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres-S2ID;
- a profissionalização e a qualificação, em caráter permanente, dos agentes de proteção e defesa;
- a elaboração do cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos; e
- a inclusão nos currículos do ensino fundamental e médio dos princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental.

O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil define que em caso de desastres, as atividades assistenciais e de recuperação são da responsabilidade do Município, cabendo ao Estado (Coordenadorias), e, posteriormente, à União as ações supletivas, quando comprovadamente empenhada à capacidade de atendimento da administração local (BRASIL, 2012).

A Constituição do Estado do Acre (ACRE, 1989) indica que a segurança pública é exercida para a preservação da ordem e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado (Art. 131), sendo que ao Corpo de Bombeiros Militar incumbe a execução de atividades de Defesa Civil (Art. 136).

Os desafios da administração de riscos e de desastres exigem a construção de um caminho que incorpore a gestão de riscos (GdR), a adaptação às mudanças climáticas (AMC) e o desenvolvimento sustentável (DS).

6.2. A COMISSÃO ESTADUAL DE GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS DO ACRE (CEGdRA)

Em 2008 foi criada a Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais do Acre (CEGdRA), através do Decreto estadual nº. 3.415 de 12/9/2008 vinculada a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), tendo como coordenador o Secretário de Estado de Meio Ambiente.

A CEGdRA tem como objetivos principais:

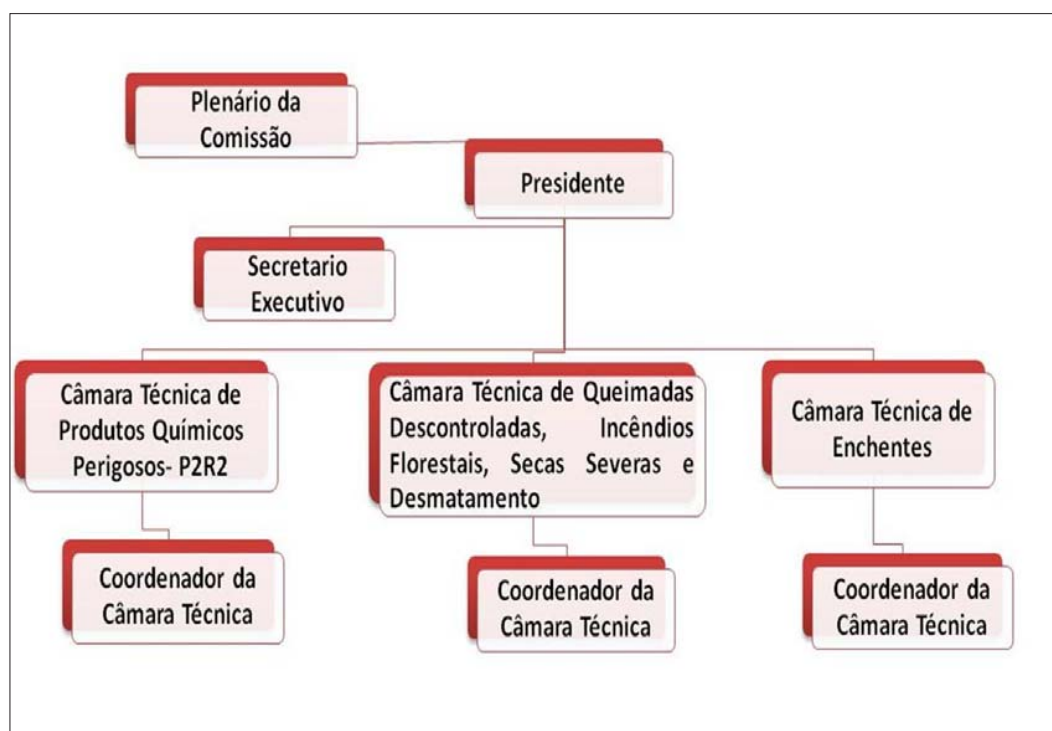
- propor e avaliar programas, ações e atividades voltadas para a prevenção, controle e mitigação dos impactos decorrentes de queimadas, secas, desmatamentos, enchentes, acidentes com produtos químicos perigosos e outros eventos de riscos ao meio ambiente decorrentes das atividades antrópicas e dos efeitos das mudanças climáticas globais;
- colaborar com a elaboração e gerenciar a implementação do Plano Estadual de Gestão de Riscos Ambientais;
- identificar demandas relacionadas à gestão de riscos;
- propor e avaliar planos e programas, ações e atividades voltadas para a gestão de riscos;
- promover a educação, a capacitação e a divulgação a respeito da gestão de riscos;
- estruturar e fortalecer a integração da sociedade;
- realizar gestões de forma a prover a dotação orçamentária necessária;
- promover mecanismos para alimentação, atualização e disponibilização de sistemas de informação para subsidiar a gestão de riscos no Estado.

Para facilitar a sua atuação foram propostos três eixos programáticos, com ações e atividades agrupadas em três objetivos gerais:

- *conhecer o risco ou prevenção* através da promoção do desenvolvimento do conhecimento e da avaliação de riscos (ameaças e vulnerabilidades); e o fortalecimento institucional para a redução e a previsão dos fatores de risco.
- *reduzir o risco ou preparação* através da formação de recursos humanos, educação e capacitação em temas de gestão de riscos dirigidos a membros da comissão e a comunidade, e
- *enfrentamento do risco ou resposta rápida* através do melhoramento das práticas e mecanismos para um alerta precoce e respostas.

A CEGdRA tem três Câmaras Técnicas e os Grupos de trabalho que são formalizados quando as situações de riscos se estabelecem (Figura 14).

Figura 14. Estrutura da Comissão Estadual de Riscos Ambientais (CEGdRA)



Fonte: Sema, 2012

Por ocasião de sua criação, através do decreto 3145 setembro de 2008, a CEGdRA era representada por 26 instituições. Com as novas adesões de 2011, 2012 e 2013, 40 instituições participam de forma efetiva nas ações de prevenção e preparação nas situações de pré-desastres e nas ações de resposta rápida, reabilitação e reconstrução nas etapas de *pós-desastres*.

São elas:

1. Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema
2. Secretaria de Estado de Educação - SEE
3. Secretaria de Estado de Saúde - Sesacre
4. Secretaria de Estado de Assistência Técnica, Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - Seaprof
5. Secretaria de Estado de Obras Públicas - Seop
6. Secretaria de Estado de Planejamento - Seplan
7. Instituto de Meio Ambiente do Acre - Imac
8. Instituto de Terras do Acre - Iteracre
9. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil Estadual - Cedec
10. Coordenadoria de Defesa Civil do Município de Rio Branco - Comdec
11. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre - CBMAC

12. Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - Funtac
13. Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Acre - Deracre
14. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama
15. Universidade Federal do Acre - Ufac
16. Ministério Público do Estado do Acre - MPE
17. Centro de Pesquisa Agroflorestal do Acre - Embrapa/Acre
18. Exército Brasileiro – 4tº BIS
19. Polícia Rodoviária Federal - PRF
20. Federação das Indústrias do Estado do Acre - Fieac
21. Polícia Militar do Estado do Acre/Batalhão de Policiamento Ambiental
22. Instituto de Defesa Agropecuária de Florestal do Acre - Idaf
23. Federação de Trabalhadores em Agricultura do Acre - Fetacre
24. Procuradoria-Geral do Estado do Acre - PGE/AC.
25. Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia - Ipam
26. Woods Hole Research Center - WHRC
27. Instituto de Mudanças Climáticas e Provisão de Serviços Ambientais - IMC
28. Instituto de Colonização e Reforma Agrária - Incra
29. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, Indústria, Comércio e Serviços Sustentáveis - Sedens
30. Instituto Federal do Acre - Ifac
31. Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Branco - Semeia
32. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre - Faeac
33. Companhia Independente de Polícia Militar - Ciatran/PM
34. Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
35. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDS
36. Secretaria de Estado de Agropecuária - Seap
37. Rede Nacional de Radioamadores no Acre - Renet
38. Assembleia Legislativa do Estado do Acre – Aleac
39. Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam
40. Departamento de Pavimentação e Saneamento - Depasa

Com o intuito de priorizar ações que conduzam à prevenção, preparação e resposta rápida às emergências ambientais, envolvendo enchentes, queimadas descontroladas, incêndios florestais, secas severas, desmatamento, acidentes com produtos químicos perigosos e outros, propõe-se a formação de três Câmaras técnicas, que trabalham de forma integrada a partir de planos de contingência e/ou os planos operacionais. São elas a Câmara de Produtos Químicos Perigosos (P2R2), a Câmara de Queimadas descontroladas, incêndios florestais, secas severas e desmatamento, e a Câmara de Enchentes (Quadros 1, 2, 3).

Quadro 1. Câmara de Produtos Químicos Perigosos (P2R2)

Membros efetivos e parceiros		
SEMA	EXÉRCITO BRASILEIRO	SEAPROF
IMAC	SEPLAN	SAFRA
CEDEC	PGE/AC	MAPA/SFPA
CORPO DE BOMBEIROS	DERACRE	SEE
SESACRE	FIEAC	UFAC
IDAF	SEOPH	FUNTAC
PRF	SDCT	MPE
CIATRA	SEAP	IDAF
SEFAZ	-	-

Quadro 2. Câmara de Queimadas descontroladas, incêndios florestais, secas severas e desmatamento

Membros efetivos e parceiros		
FUNTAC	FAEAC	EMBRAPA
IMAC	FETACRE	SESACRE
BATALHÃO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL	FIEAC	COMDEC
CORPO DE BOMBEIROS	INFRAERO	SEF
IBAMA	INCRA	SEAPROF
SEMEIA-RIO BRANCO	SEAP	DEFESA CIVIL ESTADUAL
EXÉRCITO BRASILEIRO	SEE	SEMA

Quadro 3. Câmara de Enchentes

Membros efetivos e parceiros		
SEMA	IBAMA	UFAC
CEDEC	EXÉRCITO BRASILEIRO	IMAC
COMDEC – RIO BRANCO	PGE/AC	MPE
CORPO DE BOMBEIROS-CBMAC	DERACRE	COMDEC
SESACRE	FIEAC	SEPLAN
FUNTAC-UCEGEO	ITERACRE	SEDS
SEE	FETACRE	

6.3 A REDE INTEGRADA DE GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

A Rede Integrada de Gestão de Riscos Ambientais é composta pelos representantes das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura e das Coordenadorias das Defesas Civas Municipais (Comdec), atuais Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil (Compdec) dos 22 municípios do Estado (Quadro 4), bem como das Associações de Produtores Rurais e Extrativistas das cinco regionais político-administrativas do Estado, articulada pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (Cepdec), além dos membros da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais.

Quadro 4. Municípios com Coordenadorias de Defesa Civil (Comdec), agora designadas Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil (Compdec)

MUNICÍPIO	NORMATIVA
Assis Brasil	Decreto nº 3 de 7/3/1980
Brasileia	Decreto nº 181 de 5/3/1981
Xapuri	Lei nº 2 de 18/11/1983
Plácido de Castro	Lei nº 29 de 10/10/1983
Senador Guimard	Decreto nº 8 de 26/9/1983
Rio Branco	Lei nº 464 de 21/10/1983
Sena Madureira	Decreto nº 42 de 30/12/1983
Manuel Urbano	Lei nº 10 de 2/1/1984
Feijó	Lei nº 2 de 9/12/1983
Tarauacá	Lei nº 8 de 9/12/1983
Cruzeiro do Sul	Lei nº 6 de 20/12/1983
Mâncio Lima	Lei nº 39 de 31/12/1983
Porto Acre	Lei nº 90 de 9/3/1998
Bujari	Lei nº 170 de 12/11/1998
Epitaciolândia	Lei nº 147 de 6/4/2001
Acrelândia	Decreto nº 26 de 2/9/2006
Capixaba	Decreto nº 14 de 10/7/2006
Jordão	Decreto nº 2 de 18/1/2008
Porto Valter	Decreto nº 21 de 17/1/2008
Marechal Thaumaturgo	Decreto nº 01 de 1/12/2008
Santa Rosa do Purus	Decreto nº 2 de 2/9/2010
Rodrigues Alves	Decreto nº 1 de 2010

A Defesa Civil Estadual deverá articular-se com o Corpo de Bombeiros, o Ministério Público, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Unidade Central de Geoprocessamento (Ucegeo) e as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil para realização dos Planos de contingência e Planos Operacionais, como suporte e orientação para as ações de Prevenção e Preparação em situação de pré-desastre e nas ações de Resposta Rápida, Reabilitação e Reconstrução nas situações de pós-desastre.

⁸ Av. Acácias, 279, Distrito Industrial, Rio Branco/AC.

⁹ Estrada da Usina - 669 - Morada do Sol - Rio Branco/AC - CEP. 69.910-730

6.4 UNIDADE DE SITUAÇÃO DE MONITORAMENTO DE EVENTOS HIDROMETEOROLÓGICOS DO ESTADO DO ACRE

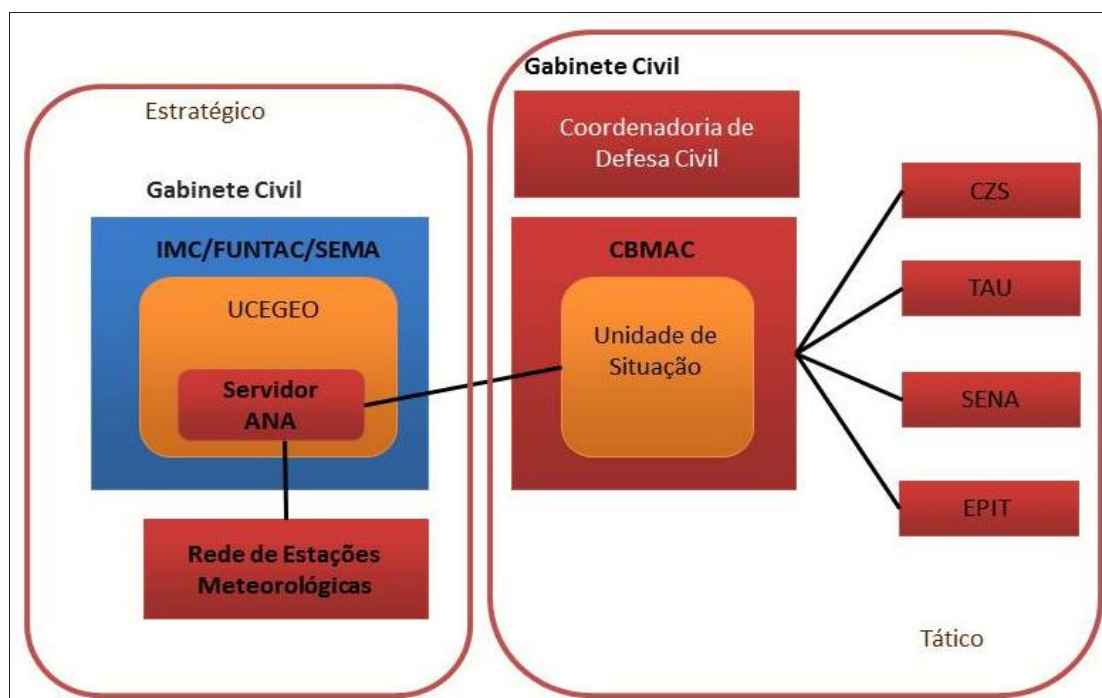
A Unidade de Situação de Monitoramento de Eventos Hidrometeorológicos do Estado do Acre é uma estrutura executiva que funciona como um centro operacional de monitoramento hidrometeorológico, cujo objetivo é identificar possíveis ocorrências de eventos críticos, através do monitoramento diário de tempo, clima, níveis de rios e focos de calor em todo o território do Acre, e tomar medidas de resposta em decorrência.

Esta Unidade tem dois locais estratégicos de funcionamento (Figura 15).

1. Unidade de Situação – sediada na Fundação de Tecnologia do Estado (Funtac), nas dependências da Unidade Central de Geoprocessamento (Ucegeo)⁸ onde os dados são recepcionados das Plataformas de Coleta de Dados (PCD) e as informações são processadas, analisadas e direcionadas para o Corpo de Bombeiros-CBMAC e para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente-Sema.

2. Unidade de Resposta – coordenada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre-CBMAC e pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil-Cedec na capital e no interior. Está sediada no Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar⁹, de onde sairá um link para as demais bases do CBMAC no interior (Juruá, Purus, Tarauacá-Envira e Alto Acre).

Figura 15. Níveis de funcionamento da Unidade de Situação de Monitoramento de Eventos Hidrometeorológicos do Estado do Acre



⁸ Av. Acácias, 279, Distrito Industrial, Rio Branco/AC.

⁹ Estrada da Usina - 669 - Morada do Sol - Rio Branco/AC - CEP. 69.910-730

O apoio financeiro para viabilizar a estrutura destas Unidades é da Agência Nacional de Águas-ANA e do Fundo Amazônia, através do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES.

Para o funcionamento da Unidade de Situação de Monitoramento de Eventos Hidrometeorológicos existe um *Acordo de Cooperação Técnica Interinstitucional* entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente-Sema, Corpo de Bombeiros Militar do Acre - CBMAC, Coordenadoria Estadual da Defesa Civil-Cedec, Fundação de Tecnologia do Acre-Funtac, Instituto de Meio Ambiente do Acre-Imac e Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação Ambiental-IMC.

A gestão da Unidade de Situação é feita de forma compartilhada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente-Sema, a Fundação de Tecnologia do Estado do Acre-Funtac, e Instituto de Mudanças Climáticas-IMC, com o apoio do Gabinete Civil. As Informações para o subsidio das ações desta unidade são administradas pela Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto-Ucegeo.

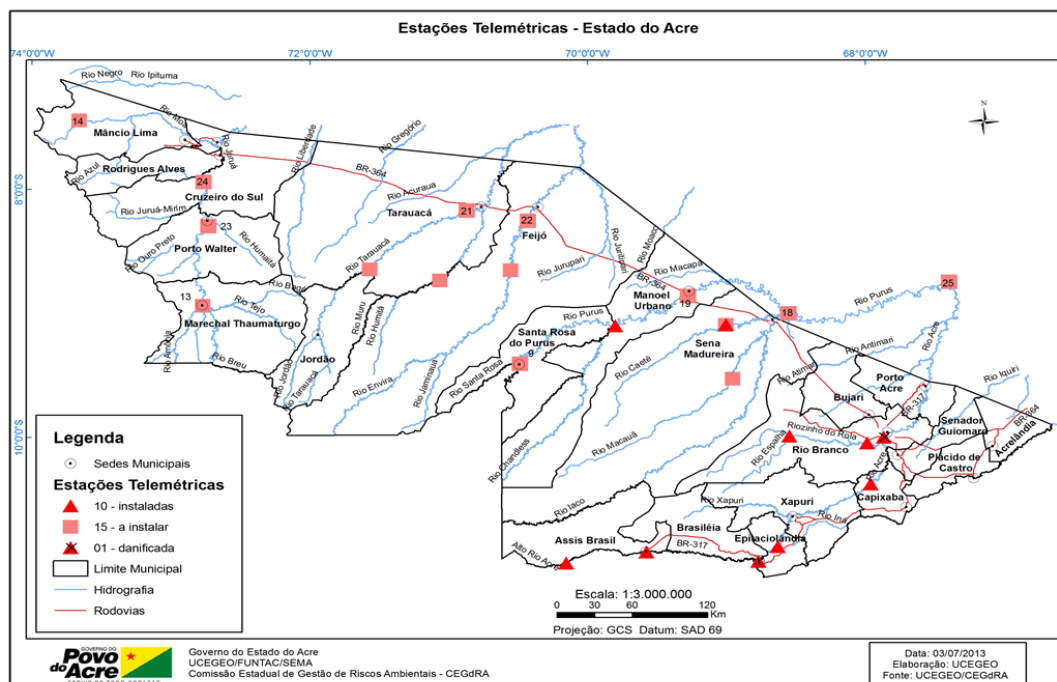
Muitas das ações da Unidade de Situação são embasadas em dados e informações diárias do Instituto Nacional de Meteorologia-INMET, do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos-CPTEC/Inpe, do Sistema de Proteção do Amazônia-SIPAM, e de uma rede de estações meteorológicas implantadas no estado do Acre. Esta rede será composta por 25 estações hidrometeorológicas telemétricas instaladas em locais estratégicos, nas principais bacias hidrográficas do estado. Recentemente foram instaladas 10 plataformas de coletas de dados-PCD, nas localidades de Sena Madureira (Rio Caeté), Assis Brasil (Estação Ecológica do Rio Acre), Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Capixaba, Rio Branco, Riozinho do Rola, Rio Espalha e Parque Estadual do Chandless, e até o final deste ano serão concluídas as demais instalações (Figura 16).

Neste sentido, em janeiro de 2011, a Sema firmou um Termo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Águas-ANA para entre outros aspectos, implantar um *Sistema de Alerta para Monitoramento de Eventos Hidrológicos Críticos* (secas e inundações), o que esta permitindo, entre outras coisas, integrar e modernizar a rede hidrometeorológica, promover o intercâmbio de dados e informações sobre recursos hídricos; e implantar o sistema de previsão de eventos hidrológicos críticos.

¹⁰ Utilizando dados do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos-CPTEC/INPE (www.cptec.inpe.br)

¹¹ A identificação das áreas críticas é realizada através da análise de densidade dos focos de calor, pré-processamento das imagens de satélite e auditoria visual. A quantificação da área queimada resulta do cruzamento das áreas críticas com diferentes usos do solo.

Figura 16. Localização das Plataformas de coleta de dados da Rede de Monitoramento hidrometeorológico no estado do Acre.



Além do monitoramento diário, a Unidade de Situação de Monitoramento de Eventos Hidrometeorológicos utiliza outras ferramentas de controle de desastres naturais relativas a inundações e secas prolongadas no estado do Acre. O *Cota online* disponibiliza em tempo real a tendência dos níveis dos rios (<https://sites.google.com/site/rehmacre/>), e a *Plataforma TerraMA2* do Inpe, implantada no estado do Acre, provê a infraestrutura tecnológica necessária ao desenvolvimento de sistemas operacionais para monitoramento de alertas de riscos ambientais (<http://www.dpi.inpe.br/terrama2/>).

Os técnicos da Sema, em parceria com os representantes da Ucegeo, Sesacre e Cedec, elaboram Boletins diários de qualidade do ar e dados epidemiológicos para todo o Estado, e mapas de ocorrência de monóxido de carbono¹⁰, e de áreas críticas de ocorrência de focos de calor e queimadas no Estado¹¹.

Nas ações táticas, a gestão da Unidade de Resposta é feita pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil-Cedec e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre-CBMAC,

¹⁰ utilizando dados do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos-CPTEC/INPE (www.cptec.inpe.br)

¹¹ A identificação das áreas críticas é realizada através da análise de densidade dos focos de calor, pré-processamento das imagens de satélite e auditoria visual. A quantificação da área queimada resulta do cruzamento das áreas críticas com diferentes usos do solo.

trabalhando de forma integrada com o Gabinete Civil. As Unidades nas cinco regionais do estado (municípios sede do CBMAC - Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Sena Madureira, Epitaciolândia) recebem as informações para tomada de decisão. O Instituto de Meio Ambiente do Acre-Imac e as instituições membros da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais-CEGdRA atuam como colaboradoras. A Unidade de Resposta funciona 24 horas por dia, nos períodos de maior criticidade no Corpo de Bombeiros, com reuniões diárias dos gestores institucionais.

7. PLANO ESTADUAL DE GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

O planejamento de atividades de gestão de riscos de desastres no estado do Acre relaciona-se ao período 2013-2020, com previsão de atualizações periódicas, se possível anuais.

Os órgãos responsáveis pela implementação direta do Plano de Gestão de Riscos de Desastres do Estado do Acre são:

1. Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema
2. Secretaria de Estado de Educação - SEE
3. Secretaria de Estado de Saúde - Sesacre
4. Secretaria de Estado de Assistência Técnica, Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - Seaprof
5. Secretaria de Estado de Obras Públicas - Seop
6. Secretaria de Estado de Planejamento - Seplan
7. Instituto de Estado do Meio Ambiente do Acre - Imac
8. Instituto de Terras do Acre - Iteracre
9. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil Estadual - Cedec
10. Coordenadoria de Defesa Civil do Município de Rio Branco – Comdec
11. Coordenadorias Municipais de Defesa Civil - Comdec
12. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre - CBMAC
13. Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - Funtac
14. Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Acre - Deracre
15. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama
16. Universidade Federal do Acre - Ufac
17. Ministério Público do Estado do Acre - MPE
18. Centro de Pesquisa Agroflorestal do Acre - Embrapa/Acre
19. Exército Brasileiro – 4º BIS
20. Polícia Rodoviária Federal - PRF
21. Federação das Indústrias do Estado do Acre - Fieac
22. Polícia Militar/Batalhão de Policiamento Ambiental - BPAMB
23. Instituto de Defesa Agropecuária de Florestal do Acre - Idaf
24. Federação de Trabalhadores em Agricultura do Acre - Fetacre
25. Procuradoria-Geral do Estado do Acre - PGE/AC

¹⁰ Já estabelecido no artigo 1º do Decreto Estadual 3415 de 2008.

26. Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia - Ipam
27. Woods Hole Research Center - WHRC
28. Instituto de Mudanças Climáticas e Provisão de Serviços Ambientais - IMC
29. Instituto de Colonização e Reforma Agrária - Incra
30. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis - Sedens.
31. Instituto Federal do Acre - Ifac
32. Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Branco - Semeia
33. Federação da Agricultura e Pecuária do estado do Acre - Faeac
34. Companhia Independente de Polícia Militar - Ciatran/PM
35. Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
36. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDS
37. Secretaria de Estado de Agropecuária - Seap
38. Rede Nacional de Radiomadores no Acre - Renet
39. Prefeituras Municipais
40. Polícia Civil
41. Comando da Aeronáutica (1º Comar)
42. Secretarias Municipais de Saúde
43. Secretarias Municipais de Meio Ambiente

7.1 OBJETIVOS, CONCEITO, COMPOSIÇÃO, E EIXOS PROGRAMÁTICOS DO PLANO ESTADUAL DE GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES AMBIENTAIS DO ACRE

Considerando a necessidade de estabelecer alguns elementos fundamentais para a implementação do Plano estadual de gestão de riscos do acre são definidas a *missão*, a *visão* e os *objetivos* do mesmo.

O plano tem a *missão* de contribuir para o fortalecimento da capacidade do Estado, da sociedade, e das economias de adaptarem-se aos riscos ambientais resultantes de processos originados na natureza, nas atividades antrópicas e nos efeitos das mudanças climáticas globais, visando à melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável do Acre.

Espera-se que futuramente o Plano tenha o papel (*visão*) de ser referencia estadual, e também regional, nacional e internacional, na formulação e assessoramento de políticas e medidas de adaptação aos riscos resultados de processos originados na natureza, nas atividades antrópicas e nos efeitos das mudanças climáticas globais.

O plano tem os seguintes *objetivos*:

- (a) Articular, através da CEGdRA a atuação dos diversos agentes públicos e privados envolvidos nas ações de prevenção, controle e mitigação dos riscos.

- (b) *Identificar demandas* relacionadas à prevenção, controle e mitigação dos riscos ambientais e estabelecer prioridades na implementação dos programas e na destinação de recursos.
- (c) *Propor e avaliar planos e programas, ações e atividades voltadas para a prevenção, controle e mitigação dos impactos* decorrentes de queimadas, secas, desmatamentos, enchentes, acidentes com produtos químicos perigosos e outros eventos de riscos ao meio ambiente decorrente das atividades antrópicas e dos efeitos das mudanças climáticas globais, assegurando a rápida intervenção nas ocorrências¹².
- (d) *Promover a educação, a capacitação e a divulgação a respeito da gestão de riscos ambientais, para técnicos das instituições participantes da CEGdRA e da sociedade em geral;*
- (e) *Estruturar e fortalecer a integração* do poder público, sociedade civil, comunidades tradicionais, instituições de pesquisa e o setor privado no planejamento e implementação de políticas e medidas de gestão de riscos ambientais.
- (f) *Realizar gestões de forma a prover a dotação orçamentária necessária visando garantir a implantação e manutenção das atividades da CEGdRA.*
- (g) *Promover mecanismos para alimentação, atualização e disponibilização de sistemas de informação necessários às atividades da CEGdRA.*

Com vistas a priorizar ações que conduzam à prevenção, preparação e resposta rápida às emergências ambientais envolvendo enchentes, queimadas descontroladas, incêndios florestais, secas severas, desmatamento, acidentes com produtos químicos perigosos e outros, o plano apresenta três eixos programáticos, ações e atividades agrupados em três objetivos gerais (a) Conhecer o risco ou Prevenção; (b) Reduzir o Risco ou Preparação e (c) Enfrentar o Risco ou Resposta Rápida.

O primeiro objetivo geral - Conhecer o risco ou Prevenção está composto por 2 eixos programáticos (1) Promover o desenvolvimento do conhecimento e da avaliação de riscos (ameaças e vulnerabilidades); e (2) Fortalecer a redução e a previsão dos fatores de risco. O segundo objetivo geral - Reduzir o risco ou Preparação apresenta como eixo programático (3) a formação de recursos humanos, educação e capacitação em temas de gestão de riscos dirigido a membros da CEGdRA e da comunidade. O terceiro objetivo geral - Enfrentar o Risco ou Resposta Rápida está conformado pelo eixo programático (4) Melhoramento das praticas e mecanismos para a alerta precoce e respostas.

Os quadros abaixo apresentam as ações, as atividades e instituições responsáveis, impactos e resultados esperados, por eixo programático que compõe o Plano de Ação.

¹² Já estabelecido no artigo 1º do Decreto Estadual 3415 de 2008.

7.2 PLANO DE AÇÃO

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 1 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RISCOS (AMEAÇAS E VULNERABILIDADES)

Ação 1.1.1 - Avaliação de risco

Atividade 1.1.1.1 - Promover capacidades, infraestruturas e pesquisas científicas e tecnológicas em Instituições de ensino superior e pesquisas.

Metas	Local	Prazo ¹³	Responsável	Ações já desenvolvidas ¹⁴	Impactos e resultados esperados
Desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre riscos de desastres no estado do Acre com ênfase em <u>queimadas</u> e incêndios.	Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Xapuri	Contínuo	UFAC, IFAC ¹⁵ , FUNTAC, IPAM, OTCA ¹⁵ , EMBRAPA, SIPAM ¹⁰ , INPE ¹⁰	(h) Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) • Programa Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão • Programa Ciência, Tecnologia e Inovação. • Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios. • Programa de Gestão de Risco de Desastres, SETEM, Parque Zoológico	- Identificação e avaliação de riscos de desastres originados em ameaças de <u>incêndios florestais</u> como subsídio ao planejamento de atividades de gestão de riscos e desenvolvimento sustentável. - Grupos de pesquisas e recursos humanos formados nas diversas áreas do conhecimento da GDR.
Desenvolvimento de pesquisas e estudo sobre riscos de desastres no estado do Acre com ênfase em <u>enchentes/hidroeteorologia</u> .	Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Xapuri	Contínuo	UFAC, IFAC, FUNTAC, IPAM, OTCA ¹⁵ , SIPAM ¹⁰ , ANA	- Programa Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação. - Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos - Programa de Gestão de Risco de Desastres, SETEM, Parque Zoológico	- Identificação e avaliação de riscos de desastres originados em ameaças de <u>enchentes</u> como subsídio ao planejamento de atividades de gestão de riscos e desenvolvimento sustentável. - Grupos de pesquisas e recursos humanos formados nas diversas áreas do conhecimento da GDR.
Desenvolvimento de grupo de pesquisas e estudo de riscos de desastres no estado do Acre com ênfase em <u>produtos químicos perigosos</u> .	Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Xapuri	Contínuo	UFAC, IFAC, FUNTAC, IPAM, OTCA ¹⁵	- Programa Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação.	Identificação e avaliação de riscos de desastres originados em ameaças de <u>derrames, vazamentos e explosões químicas</u> como subsídio ao planejamento de atividades de gestão de riscos e desenvolvimento sustentável. - Grupos de pesquisas e recursos humanos formados nas diversas áreas do conhecimento da GDR.

¹³ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

¹⁴ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

¹⁵ Não se encontram entre as instituições originalmente integrantes do Núcleo.

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 1 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RISCOS (AMEAÇAS E VULNERABILIDADES)

Ação 1.1.1 - Avaliação de risco

Atividade 1.1.1.2 - Preparar cenários e mapas de risco

Metas (comuns para Queimadas, Enchentes e Produtos Químicos Perigosos).

Metas	Local	Prazo ¹⁶	Responsável	Ações já desenvolvidas ¹⁷	Impactos e resultados esperados
Elaborar cenários e mapeamento de riscos por bacias hidrográficas de riscos de queimadas e desmatamento, enchentes, e derrames, vazamentos e explosões químicas.	Rio Branco., Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Xapuri	Em andamento	SEMA, FUNTAC/UCEGEO, UFAC, SIPAM ¹⁰	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação. - DINTER INPA-UFAC. 2 doutorandas envolvidas em incêndios florestais.	- Identificação e avaliação de riscos de desastres originados em ameaças de incêndios florestais, enchentes, derrames, vazamentos e explosões química como subsídio ao planejamento de atividades de gestão de riscos e desenvolvimento sustentável. - Grupos de pesquisas e recursos humanos formados nas diversas áreas do conhecimento da GDR.

¹⁶ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

¹⁷ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 1 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RISCOS (AMEAÇAS E VULNERABILIDADES)

Ação 1.1.2 - Consolidação de redes, procedimentos e sistemas de detecção e alerta.

Atividade 1.1.2.1 - Adquirir e instalar instrumentos de observação, detecção, monitoramento e alerta de incêndios florestais.

Metas	Local	Prazo ¹⁸	Responsável	Ações já desenvolvidas ¹⁹	Impactos e resultados esperados
Funcionamento, atualização e conexão a redes já existentes de equipamentos já instalados.	Municípios	2020	SEMA, IMAC, SIPAM ²⁰	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos.	Fortalecimento da capacidade de aquisição de dados para a GDR.
Novos equipamentos em funcionamento e conectados com as redes já existentes	Municípios	2020	SEMA, IMAC, SIPAM ¹⁵	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos. - Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	Fortalecimento da capacidade de aquisição de dados para a GDR.

¹⁸ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

¹⁹ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

²⁰ Não se encontra entre as instituições originalmente integrantes do Núcleo.

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 1 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RISCOS (AMEAÇAS E VULNERABILIDADES)

Ação 1.1.2 - Consolidação de redes, procedimentos e sistemas de detecção e alerta.

Atividade 1.1.2.2 - Adquirir e instalar instrumentos de observação, detecção, monitoramento e alerta de hidrometeorológico.

Metas	Local	Prazo ²¹	Responsável	Ações já desenvolvidas ²²	Impactos e resultados esperados
Funcionamento e atualização e conexão a redes já existentes de equipamentos já instalados.	Municípios	2020	SEMA, IMAC, SIPAM ²³	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos.	Fortalecimento da capacidade de aquisição de dados para a GDR.
Novos equipamentos em funcionamento e conectados com as redes já existentes	Municípios	2020	SEMA, IMAC, SIPAM	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos. - Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	Fortalecimento da capacidade de aquisição de dados para a GDR.

²¹ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

²² Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

²³ Não se encontra entre as instituições originalmente integrantes do Núcleo.

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 1 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RISCOS (AMEAÇAS E VULNERABILIDADES)

Ação 1.1.3 - Sistema Estadual de Informação em Gestão de Riscos[5]

Atividade 1.1.3.1 - Desenhar e manter o sistema integrado de informação sobre ameaças e vulnerabilidades associadas a queimadas.

Metas	Local	Prazo ²⁴	Responsável	Ações já desenvolvidas ²⁵	Impactos e resultados esperados
Sistema de informações estruturado	Rio Branco	Em andamento	FUNTAC, SEMA, UFAC	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação. - Programa de Gestão de Risco de Desastres, SETEM Parque Zoológico - UFAC	- Maior eficiência e eficácia de dados estratégicos para a gestão ambiental e de riscos; - Maior sinergia no uso de informações geográficas; - Publicidade e transparência das informações ambientais
Dados espaciais centralizados e disponibilizados	Rio Branco	Em andamento	FUNTAC, SEMA, UFAC	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação.	- Maior eficiência e eficácia de dados estratégicos para a gestão ambiental e de riscos; - Maior sinergia no uso de informações geográficas; - Publicidade e transparência das informações ambientais
Base Cartográfica Digital contínua, atribulada, estruturada e corrigida do Estado e de zonas prioritárias de temas específicos a gestão de riscos.	Rio Branco	Em andamento	FUNTAC, SEMA, UFAC	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Planejamento Urbano. - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação. - Programa de Gestão de Risco de Desastres, SETEM Parque Zoológico - UFAC	- Maior eficiência e eficácia de dados estratégicos para a gestão ambiental e de riscos; - Maior sinergia no uso de informações geográficas; - Publicidade e transparência das informações ambientais

²⁴ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

²⁵ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 1 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RISCOS (AMEAÇAS E VULNERABILIDADES)

Ação 1.1.3 - Sistema Estadual de Informação em Gestão de Riscos[5]

Atividade 1.1.3.2 - Desenhar e manter o sistema integrado de informação sobre ameaças e vulnerabilidades associadas a enchentes.

Metas	Local	Prazo ²⁶	Responsável	Ações já desenvolvidas ²⁷	Impactos e resultados esperados
Sistema de informações estruturado	Rio Branco	Em andamento	FUNTAC, SEMA, UFAC	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação. - Programa de Gestão de Risco de Desastres, SETEM Parque Zoológico, UFAC	- Maior eficiência e eficácia de dados estratégicos para a gestão ambiental e de riscos; - Maior sinergia no uso de informações geográficas; - Publicidade e transparência das informações ambientais
Dados espaciais centralizados e disponibilizados	Rio Branco	Em andamento	FUNTAC, SEMA, UFAC	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação.	- Maior eficiência e eficácia de dados estratégicos para a gestão ambiental e de riscos; - Maior sinergia no uso de informações geográficas; - Publicidade e transparência das informações ambientais
Base Cartográfica Digital atribuída, corrigida do Estado e de zonas prioritárias de temas específicos a gestão de riscos.	Rio Branco	Em andamento	FUNTAC, SEMA, UFAC	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Planejamento Urbano. - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação. - Programa de Gestão de Risco de Desastres, SETEM Parque Zoológico, UFAC	- Maior eficiência e eficácia de dados estratégicos para a gestão ambiental e de riscos; - Maior sinergia no uso de informações geográficas; - Publicidade e transparência das informações ambientais

²⁶ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

²⁷ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 1 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RISCOS (AMEAÇAS E VULNERABILIDADES)

Ação 1.1.3 - Sistema Estadual de Informação em Gestão de Riscos[5]

Atividade 1.1.3.3 - Desenhar e manter o sistema integrado de informação sobre ameaças e vulnerabilidades associadas a vazamentos e explosões químicas.

Metas	Local	Prazo ²⁸	Responsável	Ações já desenvolvidas ²⁹	Impactos e resultados esperados
Sistema de informações estruturado	Rio Branco	Em andamento	FUNTAC, SEMA	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação.	- Maior eficiência e eficácia de dados estratégicos para a gestão ambiental e de riscos; - Maior sinergia no uso de informações geográficas; - Publicidade e transparência das informações ambientais
Dados espaciais centralizados e disponibilizados	Rio Branco	Em andamento	FUNATC, SEMA	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação.	- Maior eficiência e eficácia de dados estratégicos para a gestão ambiental e de riscos; - Maior sinergia no uso de informações geográficas; - Publicidade e transparência das informações ambientais
Base Cartográfica Digital contínua, atribuída, estruturada e corrigida do Estado e de zonas prioritárias de temas específicos a gestão de riscos.	Rio Branco	Em andamento	FUNATC, SEMA	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Planejamento Urbano. - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação.	- Maior eficiência e eficácia de dados estratégicos para a gestão ambiental e de riscos; - Maior sinergia no uso de informações geográficas; - Publicidade e transparência das informações ambientais

²⁸ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

²⁹ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 1 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RISCOS (AMEAÇAS E VULNERABILIDADES)

Ação 1.1.3 - Sistema Estadual de Informação em Gestão de Riscos[5]

Atividade 1.1.3.4-Sistematizar e disponibilizar a cartografia e informações sobre ameaças, vulnerabilidade e riscos, utilizando SIG para subsidiar a GDR

Metas	Local	Prazo ³⁰	Responsável	Ações já desenvolvidas ³¹	Impactos e resultados esperados
Base Cartográfica Digital contínua, atribulada, estruturada e corrigida do Estado e de zonas prioritárias de temas específicos a gestão de riscos.	Rio Branco	Em andamento	FUNTAC, SEMA, UFAC	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Planejamento Urbano. - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação. - Programa de Gestão de Risco de Desastres, SETEM Parque Zoobotânico.	- Maior eficiência e eficácia de dados estratégicos para a gestão ambiental e de riscos; - Maior sinergia no uso de informações geográficas; - Publicidade e transparência das informações ambientais

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 1 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RISCOS (AMEAÇAS E VULNERABILIDADES)

Ação 1.1.3 - Sistema Estadual de Informação em Gestão de Riscos[5]

Atividade 1.1.3.5 - Sistematizar e disponibilizar o inventário existente sobre o histórico de desastres e quantificação de perdas.

Metas	Local	Prazo ³²	Responsável	Ações já desenvolvidas ³³	Impactos e resultados esperados
Base Cartográfica Digital contínua, estruturada e corrigida do Estado e de zonas prioritárias de temas específicos a gestão de riscos.	Rio Branco	Em andamento	FUNTAC, SEMA, UFAC	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Planejamento Urbano. - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação. - Programa de Gestão de Risco de Desastres, SETEM Parque Zoobotânico.	- Maior eficiência e eficácia de dados estratégicos para a gestão ambiental e de riscos; - Maior sinergia no uso de informações geográficas; - Publicidade e transparência das informações ambientais

³⁰ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

³¹ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

³² O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

³³ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 2 - FORTALECER A REDUÇÃO E A PREVISÃO DOS FATORES DE RISCO

Ação 1.2.1 - Gestão de população e de infraestrutura localizados em zonas de risco

Atividade 1.2.1.1 - Promover a regulamentação de usos do solo e implementação do ordenamento territorial das áreas de maior risco de desastres.

Metas	Local	Prazo ³⁴	Responsável	Ações já desenvolvidas ³⁵	Impactos e resultados esperados
Elaboração do OTL de municípios em áreas de risco, com incorporação da temática de riscos de desastres	Municípios de Manoel Urbano e Feijó	Em andamento	SEMA, SEMMA	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Planejamento Urbano.	Impedimento ou diminuição da ocupação desordenada do território

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 2 - FORTALECER A REDUÇÃO E A PREVISÃO DOS FATORES DE RISCO

Ação 1.2.1 - Gestão de população e de infraestrutura localizados em zonas de risco

Atividade 1.2.1.2 - Elaborar de inventários de população e habitação em risco a nível municipal.

Metas	Local	Prazo ³⁶	Responsável	Ações já desenvolvidas ³⁷	Impactos e resultados esperados
Incorporação da temática de riscos de desastres nos OTL já desenvolvidos.	Municípios de Plácido Castro	Em andamento	SEMA, SEMMA ³⁸	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Planejamento Urbano.	Redução dos impactos dos desastres naturais pela implementação das diretrizes dos ordenamentos territoriais em diversas escalas e diminuição dos fatores de vulnerabilidade.

³⁴ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

³⁵ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

³⁶ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

³⁷ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

³⁸ Não se encontra entre as instituições originalmente integrantes do Núcleo.

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 2 - FORTALECER A REDUÇÃO E A PREVISÃO DOS FATORES DE RISCO

Ação 1.2.1 - Gestão de população e de infraestrutura localizados em zonas de risco

Atividade 1.2.1.3 - Impulsar a programas de realocização, melhoramento e proteção de habitação e do entorno em zonas de risco.

Metas	Local	Prazo ³⁹	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁴⁰	Impactos e resultados esperados
Relocalização, melhoria e proteção de habitação e do entorno em zonas de riscos.	Município de Rio Branco	Em andamento	SEOP, SEPLAN, MPE	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Planejamento. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social. - Programa Planejamento Urbano. - Programa Moradia Digna.	- Impedimento ou diminuição da ocupação desordenada do território - Redução dos impactos dos desastres naturais pela implementação das diretrizes dos ordenamentos territoriais em diversas escalas e diminuição dos fatores de vulnerabilidade. - Consolidação de uma ampla base de dados georeferenciados sobre os recursos sociais, econômicos e ambientais associados à análise de vulnerabilidade. - Redução da vulnerabilidade da população nas áreas em risco. - Melhoria da qualidade ambiental das propriedades rurais

³⁹ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁴⁰ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 2 - FORTALECER A REDUÇÃO E A PREVISÃO DOS FATORES DE RISCO

Ação 1.2.2 - Articulação de gestão de riscos com outras políticas e programas governamentais (ambientais)

Atividade 1.2.2.1 - Fortalecer a gestão municipal ambiental.

Metas	Local	Prazo ⁴¹	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁴²	Impactos e resultados esperados
Capacitação de Gestores municipais e conselheiros de meio ambiente	Todos os municípios de	2013 e 2014	SEE, SEMA, CBMAC, CEDEC	- Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. - Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Educação - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Planejamento Urbano.	- Capilarização da abordagem integrada da GDR a nível municipal; - Melhoria da gestão ambiental municipal. - Diminuição dos impactos ambientais
Estruturação operacional e qualificação do quadro técnico das secretarias municipais de Meio Ambiente.	Municípios	Em andamento	SEE, SEMA, CBMAC, CEDEC	- Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Educação e Esporte. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Planejamento Urbano. - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.	- Capilarização da abordagem integrada da GDR a nível municipal; - Melhoria da gestão ambiental municipal. - Diminuição dos impactos ambientais
Criação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, das Leis e Fundos Municipais de Meio Ambiente com espacial ênfase na temática de gestão de riscos.	Municípios	Em andamento	SEPLAN, SEMA, SEMMAS,	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Planejamento.	- Capilarização da abordagem integrada da GDR a nível municipal; - Melhoria da gestão ambiental municipal. - Diminuição dos impactos ambientais

⁴¹ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁴² Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 2 - FORTALECER A REDUÇÃO E A PREVISÃO DOS FATORES DE RISCO

Ação 1.2.2 - Articulação de gestão de riscos com outras políticas e programas governamentais (ambientais)

Atividade 1.2.2.2 - Implementar o ICMS Verde

Metas	Local	Prazo ⁴³	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁴⁴	Impactos e resultados esperados
Municípios compensados pela gestão socioambiental	Todos os municípios	Em andamento	SEPLAN	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Planejamento.	- Capilarização da abordagem integrada da GDR a nível municipal; - Melhoria da gestão ambiental municipal. - Diminuição dos impactos ambientais

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 2 - FORTALECER A REDUÇÃO E A PREVISÃO DOS FATORES DE RISCO

Ação 1.2.2 - Articulação de gestão de riscos com outras políticas e programas governamentais (ambientais)

Atividade 1.2.2.3 - Articular junto as SEMMAs a construção e implementação dos Planos Municipais de Prevenção e Controle de Queimadas.

Metas	Local	Prazo ⁴⁵	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁴⁶	Impactos e resultados esperados
Planos Municipais de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas construídos e implementados	Todos os municípios	Até 2014	Prefeituras municipais, CBMAC, CEDEC, SEMA, IMAC, COMDEC ⁴⁷	- Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios. - Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiros - Programa de Gestão e Manutenção da SEMA - Programa de Gestão e Manutenção da SEDENS - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.	- Capilarização da abordagem integrada da GDR a nível municipal; - Melhoria da gestão ambiental municipal. - Diminuição dos impactos ambientais

⁴³ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁴⁴ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

⁴⁵ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁴⁶ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

⁴⁷ Não se encontra entre as instituições originalmente integrantes do Núcleo.

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 2 - FORTALECER A REDUÇÃO E A PREVISÃO DOS FATORES DE RISCO

Ação 1.2.2 - Articulação de gestão de riscos com outras políticas e programas governamentais (ambientais)

Atividade 1.2.2.4 - Articular junto as Secretarias Municipais de Meio Ambiente a construção e implementação dos Planos Municipais de Prevenção e Controle de Enchente.

Metas	Local	Prazo ⁴⁸	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁴⁹	Impactos e resultados esperados
Planos Municipais de Prevenção e Controle de Enchente construídos e implementados em municípios	Rio Branco, e demais municípios	Contínuo	CBMAC, CEDEC, SEMA, IMAC, COMDEC	- Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Planejamento Urbano. - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.	- Capilarização da abordagem integrada da GDR a nível municipal; - Melhoria da gestão ambiental municipal. - Diminuição dos impactos ambientais

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 2 - FORTALECER A REDUÇÃO E A PREVISÃO DOS FATORES DE RISCO

Ação 1.2.2 - Articulação de gestão de riscos com outras políticas e programas governamentais (ambientais)

Atividade 1.2.2.5 - Articular junto as Secretarias Municipais de Meio Ambiente a construção e implementação dos Programas P2R2.

Metas	Local	Prazo ⁵⁰	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁵¹	Impactos e resultados esperados
Programa P2R2 construído e implementado nos municípios (Plano Contingência)	Rio Branco e demais municípios	Contínuo	CBMAC, CEDEC, SEMA, IMAC, COMDEC, PRE, PRF,	- Programa de Gestão e Manutenção do BMAC - Programa de Gestão e Manutenção da Sema - Programa Planejamento Urbano. - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.	- Capilarização da abordagem integrada da GDR a nível municipal; - Melhoria da gestão ambiental municipal. - Diminuição dos impactos ambientais

⁴⁸ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁴⁹ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

⁵⁰ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁵¹ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 2 - FORTALECER A REDUÇÃO E A PREVISÃO DOS FATORES DE RISCO

Ação 1.2.2 - Articulação de gestão de riscos com outras políticas e programas governamentais (ambientais)

Atividade 1.2.2.6 - Integrar a GDR nos estudos prévios e licenciamentos de impactos ambientais.

Metas	Local	Prazo ⁵²	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁵³	Impactos e resultados esperados
Exigência legal da incorporação temática de riscos nos estudos prévios de impactos ambientais como um requisito para o licenciamento de uma obra e/ou atividade.	Rio Branco	2020	SEMA, IMAC, SEMMA	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.	- Capilarização da abordagem integrada da GDR a nível municipal; - Melhoria da gestão ambiental municipal. - Diminuição dos impactos ambientais

⁵² O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁵³ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 1 - CONHECER O RISCO OU PREVENÇÃO DE RISCOS

EIXO PROGRAMÁTICO 2 - FORTALECER A REDUÇÃO E A PREVISÃO DOS FATORES DE RISCO

Ação 1.2.2 - Articulação de gestão de riscos com outras políticas e programas governamentais (ambientais)

Atividade 1.2.2.6 - Impulsionar a construção e implementação de planos de gestão (proteção, ordenamento) de bacias hidrográficas.

Metas	Local	Prazo ⁵⁴	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁵⁵	Impactos e resultados esperados
Formação de Comitês de Bacias Hidrográficas.	Rio Branco	2020	SEMA, IMAC, IBAMA, ICMBio, PGE, ANA	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos.	- Gestão integrada e participativa dos recursos hídricos em nível de bacias hidrográficas, considerando a incorporação da GDR. - Áreas de nascentes e matas ciliares conservadas e recuperadas.
Plano de recuperação de mata ciliar, nascentes e áreas críticas de rios do estado de Acre considerados prioritários.	Rio Branco	Em andamento	IMAC, IBAMA, SEMA	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos.	- Gestão integrada e participativa dos recursos hídricos em nível de bacias hidrográficas, considerando a incorporação da GDR. - Áreas de nascentes e matas ciliares conservadas e recuperadas.
Unidades demonstrativas de práticas sustentáveis e de recuperação de APP degradadas	Bacia hidrográfica do Rio Acre e afluentes	Em andamento	IMAC, IBAMA, SEMA	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF)	- Gestão integrada e participativa dos recursos hídricos em nível de bacias hidrográficas, considerando a incorporação da GDR. - Áreas de nascentes e matas ciliares conservadas e recuperadas.

⁵⁴ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁵⁵ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 2 - REDUZIR O RISCO OU PREPARAÇÃO

EIXO PROGRAMÁTICO 3 - A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM TEMAS DE GESTÃO DE RISCOS

Ação 2.3.1 - Incorporação dos conceitos de gestão de riscos na educação formal

Atividade 2.3.1.1 - Desenvolver programas/cursos de formação sobre GDR para educadores de 1º e 2º grau da rede de ensino.

Metas	Local	Prazo ⁵⁶	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁵⁷	Impactos e resultados esperados
Capacitação de educadores de 1º grau	Rio Branco e demais municípios	Em andamento	SEE, SEMA e IMAC	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Educação e Esporte.	- Formação de profissionais na abordagem interdisciplinar nas instituições de ensino para desenvolver atividades na área de ensino, e planejamento e gestão de riscos de desastres; - Visualização da Educação em temáticas sobre GDR como meio de difusão de conhecimento para a melhoria na qualidade de vida, e na segurança da população; - Fortalecimento das Redes estaduais e municipais de educação ambiental
Capacitação de educadores de 2º grau	Rio Branco e demais municípios	Em andamento	SEE, SEMA e IMAC	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Educação e Esporte.	- Formação de profissionais na abordagem interdisciplinar nas instituições de ensino para desenvolver atividades na área de ensino, e planejamento e gestão de riscos de desastres; - Visualização da Educação em temáticas sobre GDR como meio de difusão de conhecimento para a melhoria na qualidade de vida, e na segurança da população; - Fortalecimento das Redes estaduais e municipais de educação ambiental

⁵⁶ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁵⁷ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 2 - REDUZIR O RISCO OU PREPARAÇÃO

EIXO PROGRAMÁTICO 3 - A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM TEMAS DE GESTÃO DE RISCOS

Ação 2.3.1 - Incorporação dos conceitos de gestão de riscos na educação formal

Atividade 2.3.1.2 - Adequar os currículos de 1º e 2º nível de educação com vistas a incorporar a temática de GDR.

Metas	Local	Prazo ⁵⁸	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁵⁹	Impactos e resultados esperados
Adequação curricular no ensino de 1º grau com a GDR como temática transversal	Municípios	Contínuo	SEE, SEMA	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Educação e Esporte. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF)	- Formação de profissionais na abordagem interdisciplinar nas instituições de ensino para desenvolver atividades na área de ensino, e planejamento e gestão de riscos de desastres; - Visualização da Educação em temáticas sobre GDR como meio de difusão de conhecimento para a melhoria na qualidade de vida, e na segurança da população; - Fortalecimento das Redes estaduais e municipais de educação ambiental
Adequação curricular no ensino de 2º grau com a GDR como temática transversal	Rio Branco	Contínuo	SEE, SEMA	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Educação e Esporte. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF)	- Formação de profissionais na abordagem interdisciplinar nas instituições de ensino para desenvolver atividades na área de ensino, e planejamento e gestão de riscos de desastres; - Visualização da Educação em temáticas sobre GDR como meio de difusão de conhecimento para a melhoria na qualidade de vida, e na segurança da população; - Fortalecimento das Redes estaduais e municipais de educação ambiental

⁵⁸ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁵⁹ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 2 - REDUZIR O RISCO OU PREPARAÇÃO

EIXO PROGRAMÁTICO 3 - A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM TEMAS DE GESTÃO DE RISCOS

Ação 2.3.1 - Incorporação dos conceitos de gestão de riscos na educação formal

Atividade 2.3.1.3 - Apoiar as instituições de educação superior na realização de programas acadêmicos e profissionalizantes de ensino na área de gestão de riscos - GDR.

Metas	Local	Prazo ⁶⁰	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁶¹	Impactos e resultados esperados
Cursos de pós-graduação <i>strictu sensu</i> e <i>lato sensu</i> em temáticas associadas à GDR.	Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri, Cruzeiro do Sul	Em andamento	SEE, SEMA, UFAC, IFAC, GIZ, UCI e outros parceiros	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Educação e Esporte. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação. - Programa de Gestão de Risco de Desastres, SETEM Parque Zoológico, UFAC	- Capilarização da abordagem integrada da GDR a nível municipal; - Melhoria da gestão ambiental municipal. - Diminuição dos impactos ambientais

⁶⁰ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁶¹ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 2 - REDUZIR O RISCO OU PREPARAÇÃO

EIXO PROGRAMÁTICO 3 - A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM TEMAS DE GESTÃO DE RISCOS

Ação 2.3.2 - Informação pública para a prevenção e reação adequada dos governos e da comunidade em caso de riscos de desastre

Atividade 2.3.2.1 – Subministrar informação periódica às autoridades municipais e estaduais de aspectos legais e técnicos como subsídio a gestão de riscos.

Metas	Local	Prazo ⁶²	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁶³	Impactos e resultados esperados
Relatórios periódicos com informação legal e técnica sobre desastres e riscos para subsídio dos gestores municipais e estaduais	Rio Branco/Unidade de Situação	Contínuo	CBM-AC, DC-AC, FUNTAC, SEMA, PRF, PRE, PF, IBAMA	- Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. - Programa Ciência, Tecnologia e Inovação.	- Redução dos impactos dos desastres em função de uma gestão dos riscos mais eficiente. - Participação popular mais ativa na GDR

⁶² O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁶³ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 2 - REDUZIR O RISCO OU PREPARAÇÃO

EIXO PROGRAMÁTICO 3 - A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM TEMAS DE GESTÃO DE RISCOS

Ação 2.3.2 - Informação pública para a prevenção e reação adequada dos governos e da comunidade em caso de riscos de desastre

Atividade 2.3.2.2 – Apoiar aos municípios na preparação de campanhas de informação pública.

Metas	Local	Prazo ⁶⁴	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁶⁵	Impactos e resultados esperados
Elaboração de material de apoio aos municípios para a preparação de campanhas de informação pública	Rio Branco	Contínuo	SEMA, CEDEC, IMAC	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.	- Redução dos impactos dos desastres em função de uma gestão dos riscos mais eficiente. - Participação popular mais ativa na GDR
Campanhas de informação pública sobre a temática de riscos de desastres em municípios e Estado veiculadas periodicamente através dos meios de comunicação.	Municípios		SEMA, IMAC, CEDEC e COMDEC	Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.	- Redução dos impactos dos desastres em função de uma gestão dos riscos mais eficiente. - Participação popular mais ativa na GDR

⁶⁴ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁶⁵ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 2 - REDUZIR O RISCO OU PREPARAÇÃO

EIXO PROGRAMÁTICO 3 - A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM TEMAS DE GESTÃO DE RISCOS

Ação 2.3.2 - Informação pública para a prevenção e reação adequada dos governos e da comunidade em caso de riscos de desastre

Atividade 2.3.2.3 – Estabelecer e melhorar redes de comunicação sobre informações de desastres.

Metas	Local	Prazo ⁶⁶	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁶⁷	Impactos e resultados esperados
Protocolos de comunicação e de fluxo da informação	Rio Branco	Contínuo	SEMA, CBMAC, CEDEC	- Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.	- Redução dos impactos dos desastres em função de uma gestão dos riscos mais eficiente. - Participação popular mais ativa na GDR
Aquisição e instalação de infraestrutura necessária para o desenvolvimento de rede de informações GDR a escala municipal.	Rio Branco e Municípios	Contínuo	SEMA, CBMAC, CEDEC, SEPLAN	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Planejamento.	- Redução dos impactos dos desastres em função de uma gestão dos riscos mais eficiente. - Participação popular mais ativa na GDR

⁶⁶ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁶⁷ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 2 - REDUZIR O RISCO OU PREPARAÇÃO

EIXO PROGRAMÁTICO 3 - A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM TEMAS DE GESTÃO DE RISCOS

Ação 2.3.3 - Desenvolvimento de um sistema de capacitação de funcionários de governo e de agentes comunitários.

Atividade 2.3.3.1 – Desenvolver programas ou articular com outros já existentes para a capacitação de funcionários de governo e agentes comunitários na GDR.

Metas	Local	Prazo ⁶⁸	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁶⁹	Impactos e resultados esperados
Material sobre GDR para capacitação	Rio Branco/Unidade de Situação	Contínuo	SEMA, SEE, CEDEC	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Educação e Esporte. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da SEDENS (antiga SEF) - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.	Aumento do nível de qualificação profissional dos servidores públicos estaduais e municipais envolvidos na GDR
Capacitação de funcionários de governo e agentes comunitários.	Rio Branco/Unidade de Situação	Contínuo	SEMA, SEE, CEDEC	- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Educação e Esporte. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.	- Redução dos impactos dos desastres em função de uma gestão dos riscos mais eficiente. - Participação popular mais ativa na GDR

⁶⁸ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁶⁹ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 3 - ENFRENTAR O RISCO OU RESPOSTA RÁPIDA

EIXO PROGRAMÁTICO 4 - MELHORAMENTO DAS PRÁTICAS E MECANISMOS PARA A ALERTA TEMPRANA E RESPOSTAS.

Ação 3.4.1 - Monitoramento e controle ambiental

Atividade 3.4.1.1 – Monitorar e fiscalizar "in loco" do desmatamento, queimadas e da degradação florestal.

Metas	Local	Prazo ⁷⁰	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁷¹	Impactos e resultados esperados
Visitas conjuntas, integradas e periódicas a áreas de risco de desastres.	Municípios	Periódicas	CEDEC, CBMAC, IMAC, INCRA, IBAMA, PREFEITURAS, PRF, PF, EXB,	- Programa de Gestão e Manutenção CBMAC - Programa de Gestão e Manutenção da Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres - Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	- Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal - Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; - Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, Defesa civil, corpo de bombeiro e demais membros do sistema estadual de defesa civil - Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.
Barreiras fixas e barreiras móveis, conjuntas, integradas, e periódicas, nas principais estradas federais e estaduais e em assentamentos rurais	Municípios	Periódicas	CEDEC, CBMAC, PRE, PRF, PF, EXB, IBAMA, INCRA	- Programa Gestão e Manutenção do CBMAC - Programa de Gestão e Manutenção da SEDENS (antiga SEF) - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. - Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	- Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal - Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; - Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, Defesa civil, corpo de bombeiro e demais membros do sistema estadual de defesa civil - Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.

⁷⁰ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁷¹ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 3 - ENFRENTAR O RISCO OU RESPOSTA RÁPIDA

EIXO PROGRAMÁTICO 4 - MELHORAMENTO DAS PRÁTICAS E MECANISMOS PARA A ALERTA TEMPRANA E RESPOSTAS.

Ação 3.4.1 - Monitoramento e controle ambiental

Atividade 3.4.1.1 – Monitorar e fiscalizar "in loco" do desmatamento, queimadas e da degradação florestal.

Metas	Local	Prazo ⁷²	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁷³	Impactos e resultados esperados
Campanhas de monitoramento conjunto, periódico, de caráter aéreo com sobrevoos de áreas de riscos de desastres	Municípios	Periódicas	CEDEC, CBMAC, IBAMA, SIPAM	- Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar. - Programa de Gestão e Manutenção da SEDENS (antiga SEF) - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. - Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	- Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal - Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; - Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, Defesa civil, corpo de bombeiro e demais membros do sistema estadual de defesa civil - Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.

⁷² O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁷³ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 3 - ENFRENTAR O RISCO OU RESPOSTA RÁPIDA

EIXO PROGRAMÁTICO 4 - MELHORAMENTO DAS PRÁTICAS E MECANISMOS PARA A ALERTA TEMPRANA E RESPOSTAS.

Ação 3.4.1 - Monitoramento e controle ambiental

Atividade 3.4.1.2 – Monitorar e fiscalizar "in loco" do transporte de substâncias químicas perigosas

Metas	Local	Prazo ⁷⁴	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁷⁵	Impactos e resultados esperados
Visitas conjuntas, integradas e periódicas a áreas de risco de desastres.	Municípios	Periódicas	CEDEC CBMAC, PRE, PRF, PF, EXB, IBAMA,	- Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar. - Programa de Gestão e Manutenção da SEDENS (antiga SEF) - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres - Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	- Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal - Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; - Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, CEDEC, CBMAC e demais membros do sistema de DC. - Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.
Barreiras fixas e barreiras móveis, conjuntas, integradas, e periódicas, nas principais estradas federais e estaduais.	Municípios	Periódicas	CEDEC CBMAC, PRE, PRF, PF, EXB, IBAMA,	- Programa Gestão e Manutenção do CBMAC - Programa de Gestão e Manutenção da SEDENS (antiga SEF) - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. - Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	- Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal - Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; - Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, CEDEC, CBAMC e demais membros do sistema; - Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.
Campanhas de monitoramento conjunto, periódico, de caráter aéreo com sobrevoos de áreas de riscos de desastres	Municípios	Periódicas	CEDEC, CBMAC, IBAMA, SIPAM	- Programa Gestão e Manutenção do CBMAC - Programa de Gestão e Manutenção da SEDENS (antiga SEF) - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. - Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	- Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal - Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; - Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, Defesa civil, corpo de bombeiro e demais membros do sistema - Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.

⁷⁴ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁷⁵ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 3 - ENFRENTAR O RISCO OU RESPOSTA RÁPIDA

EIXO PROGRAMÁTICO 4 - MELHORAMENTO DAS PRÁTICAS E MECANISMOS PARA A ALERTA TEMPRANA E RESPOSTAS.

Ação 3.4.2 – Desenvolvimento e atualização de planos de emergência e contingência

Atividade 3.4.2.1 – Formular e implementar planos de emergência e de alerta

Metas	Local	Prazo ⁷⁶	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁷⁷	Impactos e resultados esperados
Plano de alerta e contingência estadual elaborado e implementado	Rio Branco	Anual	CEDEC CBMAC, COMDECS, SEMA, via CEGdRA	- Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Planejamento Urbano. - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. - Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	- Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal - Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; - Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, Defesa civil, corpo de bombeiro e demais membros do sistema estadual de defesa civil - Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.

⁷⁶ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁷⁷ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 3 - ENFRENTAR O RISCO OU RESPOSTA RÁPIDA

EIXO PROGRAMÁTICO 4 - MELHORAMENTO DAS PRÁTICAS E MECANISMOS PARA A ALERTA TEMPRANA E RESPOSTAS.

Ação 3.4.2 – Desenvolvimento e atualização de planos de emergência e contingência

Atividade 3.4.2.1 – Formular e implementar planos de emergência e de alerta

Metas	Local	Prazo ⁷⁸	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁷⁹	Impactos e resultados esperados
Plano de alerta e contingência estadual elaborado e implementado	Rio Branco	Anual	CEDEC, CBMAC, COMDECs, SEMA, via CEGdRA	- Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Planejamento Urbano. - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. - Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	- Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis ; - Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; - Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, CEDEC, CBMAC e demais membros do sistema estadual - Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.
Plano de alerta e contingência municipal elaborado e implementado	Municípios	Anual	CEDEC,, CBMAC, SEMA, COMDECs, SEMMAS	- Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Planejamento Urbano. - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. - Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	- Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal - Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; - Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, CEDEC, corpo de bombeiro e demais membros do sistema - Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.
Simulacros em comunidades ou áreas de risco	Municípios	Periódicos	DC-AC, CB-AC, SEMA, COMDEC, SEMMA, EXB, PRE, PF, PRF, IBAMA, IMAC	- Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. - Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	- Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal - Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; - Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, Defesa civil, CBMAC e demais membros do sistema - Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.

⁷⁸ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁷⁹ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 3 - ENFRENTAR O RISCO OU RESPOSTA RÁPIDA

EIXO PROGRAMÁTICO 4 - MELHORAMENTO DAS PRÁTICAS E MECANISMOS PARA A ALERTA TEMPRANA E RESPOSTAS.

Ação 3.4.2 – Desenvolvimento e atualização de planos de emergência e contingência

Atividade 3.4.2.2 – Promover e desenvolver planos de contingência de redes de serviços públicos e linhas vitais para a resposta e reabilitação dos serviços em caso de desastres

Metas	Local	Prazo ⁸⁰	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁸¹	Impactos e resultados esperados
Planos de alerta e contingência em redes de serviços públicos e linhas vitais elaborados e implementados	Rio Branco	Anuais	CEDEC, CBMAC, SEMA, COMDEC, INCRA, SEMMA, EXB, PRE, PF, PRF, IBAMA, IMAC	- Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar. - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. - Programa Planejamento Urbano. - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.	- Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal - Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; - Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, Defesa civil, corpo de bombeiro e demais membros do sistema estadual de defesa civil - Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.

⁸⁰ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁸¹ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 3 - ENFRENTAR O RISCO OU RESPOSTA RÁPIDA

EIXO PROGRAMÁTICO 4 - MELHORAMENTO DAS PRÁTICAS E MECANISMOS PARA A ALERTA TEMPRANA E RESPOSTAS.

Ação 3.4.3 – Fortalecimento das entidades operativas

Atividade 3.4.3.1 – Fortalecer as instituições governamentais nas escalas municipal e estadual.

Metas	Local	Prazo ⁸²	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁸³	Impactos e resultados esperados
Organismos municipais de defesa civil estruturados e em pleno funcionamento	Municípios	2014	CEDEC COMDEC,	Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.	- Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal - Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; - Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, CEDEC, CBMAC e demais membros do sistema; - Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.
Novos organismos municipais de defesa civil estruturados e em pleno funcionamento	Municípios	2014	CEDEC COMDECs	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF)	- Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal - Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; - Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, CEDEC, CBMAC e demais membros do sistema; - Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.
Corpo de bombeiros (já implementados) melhor estruturados	Municípios	2014	CBMAC	Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiro Militar.	- Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal - Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; - Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, CEDEC, CBMAC e demais membros do sistema; - Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.

⁸² O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁸³ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

Metas	Local	Prazo ⁸⁴	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁸⁵	Impactos e resultados esperados
Novos batalhões do corpo de bombeiros implementados, estruturados e em pleno funcionamento.	Municípios	2013	CBMAC	Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiro Militar.	• Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal • Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; • Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, Defesa civil, corpo de bombeiro e demais membros do sistema estadual de defesa civil • Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.
Membros do Sistema estadual de Defesa civil na ação operativa (alistamento, mobilização, evacuação, e resposta).	Rio Branco e Municípios	Contínuo	CEDEC, CBMAC, EXB, PRF, PRE, PF,	- Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiro Militar - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.	• Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal • Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; • Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, Defesa civil, corpo de bombeiro e demais membros do sistema estadual de defesa civil • Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.
IMAC estruturado e em pleno funcionamento	Rio Branco	2014	IMAC	Construção da nova sede e implantação do Sistema integrado de informações ambientais	• Maior articulação e integração das ações de monitoramento e fiscalização ambiental entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal • Reduções significativas no desmatamento, queimadas, e no transporte de produtos químicos perigosos; • Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC, Defesa civil, corpo de bombeiro e demais membros do sistema estadual de defesa civil • Maior permeabilidade da responsabilidade pela defesa civil entre os municípios e a população.

⁸⁴ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁸⁵ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

OBJETIVO 3 - ENFRENTAR O RISCO OU RESPOSTA RÁPIDA

EIXO PROGRAMÁTICO 4 - MELHORAMENTO DAS PRÁTICAS E MECANISMOS PARA A ALERTA TEMPRANA E RESPOSTAS.

Ação 3.4.3 – Fortalecimento das entidades operativas

Atividade 3.4.3.2 – Promover e capacitar pessoal voluntário nos operativos de emergência

Metas	Local	Prazo ⁸⁶	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁸⁷	Impactos e resultados esperados
Brigadas de incêndios e NUDEC criados, e em pleno funcionamento.	Municípios	2020	COMDEC, CEDEC	- Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF) - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. - Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	Maior eficiência nas ações de resposta

OBJETIVO 3 - ENFRENTAR O RISCO OU RESPOSTA RÁPIDA

EIXO PROGRAMÁTICO 4 - MELHORAMENTO DAS PRÁTICAS E MECANISMOS PARA A ALERTA TEMPRANA E RESPOSTAS.

Ação 3.4.3 – Fortalecimento das entidades operativas

Atividade 3.4.3.3 – Fortalecer ou criar fundos estaduais e municipais para a GDR

Metas	Local	Prazo ⁸⁸	Responsável	Ações já desenvolvidas ⁸⁹	Impactos e resultados esperados
Fundos estaduais para a GDR criados ou estruturados	Rio Branco	2020	SEPLAN, SEMA, IMAC	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Planejamento.	Maior eficiência nas ações das secretarias envolvidas
Fundos municipais para a GDR criados e estruturados	Municípios	2020	SEPLAN, CEDEC e COMDECs	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Planejamento.	Maior eficiência nas ações das secretarias envolvidas

⁸⁶ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁸⁷ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

⁸⁸ O prazo tem sido classificado como preliminar e final dependendo das metas e políticas de governo.

⁸⁹ Programas existentes no PPA do estado do Acre 2011-2015. Ações municipais e federais não têm sido incorporadas à tabela.

PREVISÕES DE ORÇAMENTO DO PLANO PLURIANUAL DO GOVERNO DO ACRE DE 2012 a 2015

Programa		Nome		Valor Global R\$
Número				
Programa de Gestão, Manutenção e Serviços Ao Estado do Executivo.	2271	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social		27.843.059,00
	2269	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas		50.333.220,00
	2252	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Planejamento		14.980.125,00
	2263	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis – SEDENS (antiga SEF)		8.089.267,50
	2260	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente		12.474.323,99
	2258	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Educação e Esporte		339.666.910,82
Programas Especiais	2250	Programa De Gestão E Manutenção Do Corpo De Bombeiro Militar		2.516.661,00
	1250	Programa de Redução do Desmatamento e Conservação Ambiental – PROECO (KFW)		29.900.000,00
Programas complementares	1304	Programa Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão		1.900.000,00
	1307	Programa Planejamento Urbano		5.500.000,00
	1318	Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres		1.560.000,00
	1320	Programa Moradia Digna		15.000.000,00
	1329	Programa Ciência, Tecnologia e Inovação		6.000.000,00
	1332	Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos		4.040.000,00
	1335	Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios		6.000.000,00

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O planejamento tem uma característica circular porque o contexto do plano é dinâmico. Mudam as situações, os ambientes interno e externo, os meios e os resultados parciais da organização. O monitoramento, a avaliação e o replanejamento são momentos do planejamento.

O monitoramento é um instrumento de gerenciamento que consiste no acompanhamento dos programas e projetos pelos gestores estratégicos com o propósito de verificar a evolução da execução, as etapas, as tarefas, o cumprimento do cronograma, os resultados alcançados, as metas físicas e financeiras, de modo a permitir a correção de falhas de processos, desvios nos resultados programados e melhoria de desempenho. É um processo objetivo, técnico e interno à organização.

A finalidade do monitoramento é a medição, por meio de indicadores, da eficácia e eficiência da gestão. Os indicadores são formulados conforme a história e cultura da gestão. O acompanhamento opera mediante a coleta e o processamento de informações sobre a evolução do processo de implementação e o cálculo dos indicadores que são comparados em intervalos de tempo de determinado.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. Constituição estadual de 1989. Texto promulgado em 03.10.1989 e atualizado até a Emenda Constitucional nº 43, de 2011. Disponível em <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/70440>>. Acesso em: 18 de novembro de 2012.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: documento Síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2006. 354p.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Acre em números. SEPLAN. Rio Branco, 108 p. 2011a.

ACRE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Aspectos socioeconômicos: população e as condições de vida, infraestrutura e a economia do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Rio Branco, SEMA Acre. 2011b. 216 p. ISBN 978-85-60678-17-4

BRASIL. Decreto no 97.924, de 16 de dezembro de 1988 (revogado). Dispõe sobre a Organização do Sistema Nacional de Defesa Civil. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 de novembro de 2012.

BRASIL. Decreto no 895, de 16 de agosto de 1993 (revogado). Dispõe sobre a Organização do Sistema Nacional de Defesa Civil. Disponível em <www.defesacivil.gov.br>. Acesso em: 18 de novembro de 2012.

BRASIL. Decreto no 7.257, de 04 de agosto de 2010. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007/2010/2010/Decreto/D7257.htm. Acesso em: 18 de novembro de 2012.

BRASIL. Decreto no 4.980, de 04 de fevereiro de 2004 (revogado). Dá nova redação a dispositivos do Decreto 895, de 16 de agosto de 1993. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 de novembro de 2012.

BRASIL. Lei no 12.608, de 11 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Disponível em <www.planalto.gov.br/legislação>. Acesso em: 18.11.2012.

Castro, A. 1998. Glossário de Defesa Civil: estudos de riscos e medicina de desastres. Brasília: MPO, 283 páginas.

Costa, F. de S.; Amaral, E. F. do; Butzke, A. G.; Nascimento, S. Da S. Inventário de Emissões Antrópicas e Sumidouros de Gases de Efeito Estufa do Estado do Acre: Ano-base 2010. Embrapa-Acre, Rio Branco, 144p.2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo demográfico de 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Brasília. 2011. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br.

Kobiyama, M. et. al. 2006. Prevenção de Desastres Naturais: Conceitos Básicos. 1. ed. Curitiba: Ed. Organic Trading, 109 p.

Sena, J.; Freitas, M.; Berrêdo, D, e Fernandes, L. Evaluation of Vulnerability to Extreme Climatic Events in the Brazilian Amazonia: Methodological Proposal to the Rio Acre Basin. Water Resources Management. 2012. 26:4553–4568.



Realização



Apoio



COMISSÃO ESTADUAL DE GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS - CEGDRA

SEMA IMAC CBM/AC CEDEC COMDEC FUNTAC IMC SEAPROF SEDENS SEPLAN ITERACRE DERACRE SESACRE SEE
SEOP PGE POL. MILITAR – CIA. DE POLICIAMENTO AMBIENTAL IDAF MPE IBAMA/AC INCRA EMBRAPA/AC
EXÉRCITO BRASILEIRO (4º BIS) POL. RODOVIÁRIA FEDERAL UFAC IFAC FETACRE FAEAC FIEAC WHRC IPAM
PREFEITURAS MUNICIPAIS SEMEIA - RIO BRANCO SIPAM